

1 **Transcrição da Ata da 100ª Reunião Ordinária**
2 **do Conselho Estadual de Meio Ambiente,**
3 **realizada no dia 11 de Junho de 2019, presidida**
4 **pelo Sr. Márcio Nunes - Presidente, e**
5 **Secretariada pelo Sr. João Batista Campos -**
6 **Secretário Executivo.**

7 O Sr. Secretário Executivo:- Senhoras e senhores conselheiros, boa tarde.
8 Daremos início à centésima reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

9 Passamos a palavra ao Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente,
10 Secretário Márcio Nunes, para a abertura oficial da reunião.

11 O Sr. Presidente:- Boa tarde. Sejam todos bem-vindos. Declaro aberta a
12 centésima reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Dizer que é um
13 prazer presidir este Conselho e vou me apresentar para que todos me conheçam.

14 Sou engenheiro agrônomo, produtor rural, fui vice-Prefeito de Campo Mourão,
15 fui Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Campo Mourão, fui chefe
16 regional da Secretaria de Agricultura, fui Diretor Administrativo e Financeiro da Emater
17 do Paraná, fui Presidente do Instituto das Águas do Paraná, fui vice-Presidente do
18 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Deputado Estadual, fui membro da Comissão
19 de Agricultura e de Meio Ambiente, fui escolhido como líder do PSD, fui reeleito agora
20 deputado estadual com sessenta mil votos. Na primeira eleição já tinha feito quarenta e
21 cinco mil votos, fiz 33% da votação. Faço parte de um quadro seletivo de apenas sete
22 deputados que tiveram sua votação aumentada do primeiro mandato para o segundo. A
23 grande maioria caiu, ou caiu fora de vez. O nosso mandato em um momento difícil da
24 política, passamos por uma avaliação popular, fomos para o segundo mandato e tivemos
25 a nossa votação aumentada. E se vocês pegarem o número de votos e o gasto da nossa
26 companhia, talvez eu tenha sido o deputado que menos gastou, provando que realmente
27 com trabalho as coisas acontecem.

28 E a lei mais importante, no meu ponto de vista, no Paraná de nossa autoria,
29 agora foi ampliada e aprovada semana passada, é a lei que proibiu a ostentação do
30 método de fracking para a exploração do gás de xisto. Foi uma satisfação, viajamos
31 juntos com o Rasca e o Schiavinato e iniciamos esse processo todo. As pessoas não
32 sabem, mas este ato trouxe uma salvaguarda para toda a agricultura no Estado do
33 Paraná, trouxe uma proteção para toda a agricultura do Estado do Paraná. Temos uma
34 grande agricultura de exportação e nesta é mais grave, porque as barreiras, além de

35 alfandegárias, não são sanitárias. E vocês imaginem para extrair o gás de xisto com o
36 método de fracking tem que perfurar mil metros de rocha, mais mil metros do Aquífero
37 Guarani. Por incrível que pareça temos uma grande concentração de jazida de xisto no
38 Estado, está abaixo do Aquífero Guarani, e para fazer esta perfuração deixam lá em
39 abaixo uma centena de produtos químicos para explodir a rocha.

40 Então, nossa preocupação está neste procedimento, que houvesse uma
41 contaminação no maior reservatório de água doce que é o Aquífero Guarani. E a partir
42 deste momento do ciclo da água, minha preocupação é que pudéssemos estar
43 contaminando a água, e contaminando a água contamina a soja, o milho, porque você
44 pulveriza a lavoura a todo o momento, contaminou isso você contamina o peixe, o
45 frango, o porco, o leite, que são grandes produtos de exportação. Então, esta lei foi
46 muito importante.

47 Outra lei muito importante foi a lei que praticamente conseguimos acabar com a
48 máfia dos adulteradores e fraudadores de combustíveis no Estado do Paraná. O Paraná,
49 infelizmente, era uma das maiores indústrias de contravenção de adulteração de
50 combustíveis na quantidade e na qualidade. Você abastecia o seu carro, marcava na
51 bomba cinquenta litros, mas você só levava quarenta litros. Tinham um dispositivo
52 eletrônico para fraudarem na questão da qualidade, misturando água ao combustível. E
53 de outro lado, grande parte dos comerciantes, proprietários de postos de combustíveis, é
54 gente honesta, descente. Como os funcionários públicos. A grande maioria é gente
55 descente, honesta, mas tinha o famoso fiscal mordedor. Numa lei só conseguimos
56 acabar com o fiscal mordedor e com o mau comerciante. Preservarmos os bons
57 comerciantes, os bons funcionários públicos e hoje não quero dizer que acabamos com a
58 máfia, mas reduziu demais no Estado do Paraná.

59 Outra lei importante fala muito no respeito de toda a sociedade paranaense. Lei
60 exclusiva minha, que é a Lei Márcio Nunes, 60% de desconto para quem utiliza energia
61 elétrica das 21h às 6h da manhã, quem tem comércio de frango, porco, peixe, leite,
62 enfim. “Ah, mas existia um convênio com a Copel!” Existia um convênio que era
63 renovado. A cada tempo que inclusive a ANEEL proibiu, porque como você trata um
64 consumidor você tem que tratar a todos, e nós conseguimos convencer o Governo do
65 Estado a aplicar quase cinquenta milhões de reais por ano para dar de subsídio aos
66 nossos produtores rurais, principalmente pequenos e médios que são os que trabalham
67 nesta área. E quando você dá uma proteção - os franceses dizem que você não pode

68 subsidiar a agricultura, mas eles são os que mais subsidiam a agropecuária como um
69 todo.

70 Aí colocamos os nossos produtores rurais do Paraná numa situação de bastante
71 vantagem com os produtores de Santa Catarina, São Paulo e outros Estados do Brasil e
72 também até no mundo. E o Paraná é o primeiro estado que tem uma lei em segurança
73 jurídica para que as pessoas possam investir, possam continuar investindo neste setor. É
74 uma lei que no meu ponto de vista não vale um mandato, vale uma carreira política!
75 Quando você beneficia o produtor rural, quem mais agradece é o povo da cidade,
76 porque automaticamente outros setores da cidade como a criação de frango, agricultura,
77 suinocultura, piscicultura, até o grande consumidor de maquinários e equipamentos e
78 também a indústria muito demandada, a construção civil na questão de barracões, cria
79 um círculo virtuoso. Esta é uma lei minha e muito satisfeito estou por ter realizado isso.

80 E a quarta lei importante, tivemos o Deputado Rasca Rodrigues junto conosco e
81 outros deputados, proibimos que os contratos das concessionárias de pedágio fossem
82 renovados sem o aval da Assembleia Legislativa do Paraná. É a certeza absoluta, e o
83 governador hoje já tem se posicionado contra a prorrogação, que tivéssemos uma
84 salvaguarda. Só poderia haver a prorrogação deste contrato com o aval da Assembleia.
85 Como tínhamos certeza absoluta que na Assembleia não passaria, uma lei do Governo
86 tinha que passar mais um degrau. Acho que é uma coisa muito, muito importante.

87 E agora, como Secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável e do
88 Turismo. Aqui vou mostrar um pouquinho da nossa história, porque às vezes as pessoas
89 estão chegando agora, não conhece a gente ainda e pode pensar: “O governador, talvez,
90 para atender um pedido político ou alguém, colocou um cara para ser o Secretário de
91 Meio Ambiente do Paraná!”. Então, criamos uma secretaria nova que é a Secretaria de
92 Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.

93 Vou tentar mostrar um pouco do que a gente fez nesses trinta e três anos que sou
94 engenheiro agrônomo, desses vinte e um anos no setor privado e doze anos no setor
95 público. Mas quando no setor, este é um programa chama “Lixo é real”. Estou
96 mostrando uma imagem de trinta e três anos atrás, não é de hoje. Tem muita gente
97 preocupada com o resíduo sólido hoje e há trinta e três anos, no município de Campo
98 Mourão, fui Secretário Municipal. E o município criou uma moeda nova. Na época
99 criamos essa moeda, que era o Real, e criamos as feiras noturnas e de posse desse vale
100 Real só podia comprar na feira noturna. E aí vocês imaginem há trinta e três anos como
101 era o fundo da casa das pessoas? Eram fogão velho, geladeira, garrafa, porque não

102 existia pet naquela época. Então foi um grande trabalho de saúde pública, foi um grande
103 trabalho para melhorar a saúde das pessoas e começamos uma conscientização a
104 respeito da reciclagem do lixo.

105 Hoje falamos sobre política reversa, lixo zero, o Brasil sem lixões, enfim,
106 fizemos um trabalho muito grande, foi um trabalho fantástico na época. Aqui em
107 Curitiba quem estava trabalhando com isso era o Jaime Lerner, mais ou menos na
108 mesma época e estávamos fazendo este trabalho em Campo Mourão.

109 Aí as pessoas iam na feira do produtor, compravam. Durante o dia fazíamos um
110 mutirão, juntava o pessoal do Exército que estavam começando, CPOR, juntava aquele
111 pessoal. Então, vinham mulheres, crianças, compravam, era muito bacana.

112 Esse era outro problema seríssimo. Quem é mais antigo como eu aqui no Estado
113 do Paraná sabe, um problema seríssimo de abate clandestino. O pessoal matava a vaca
114 embaixo da árvore, carne sem inspeção sanitária, sem recolhimento de impostos,
115 barrigada, sangue, isso quando o gado não era roubado.

116 Como a gente conseguiu acabar com isso? Fundamos na época uma cooperativa
117 que funciona até hoje, envolvemos todos os açougueiros, hoje os supermercados da
118 minha região participam, grandes empresas participam desse processo. Fomos
119 organizando o pessoal, acabamos com o abate clandestino. Foi uma evolução muito
120 grande.

121 Nesta mesma época, fizemos um grande trabalho na distribuição do leite cru que
122 era um outro problema. Organizamos laticínios, organizamos agricultores, organizamos
123 processo industrial e conseguimos vencer.

124 Esse também foi um trabalho muito bacana que a gente fez, eu já estava no
125 Instituto das Águas, estou pegando algumas partes para resumir, mas esse foi trabalho
126 muito bacana. O Paraná, na década de 70, foi um grande produtor de café e um dos
127 produtos mais utilizados no café à época era o BHC. Um belo dia o Governo Federal e o
128 Governo do Estado concomitante a isso resolveu proibir utilização do BHC. Foi uma
129 decisão acertada, é um dos produtos mais cancerígenos do mundo e um problema
130 seríssimo para ser resolvido. Então, para de usar o BHC, mas e o BHC que já estava na
131 propriedade, para onde vai? O tempo foi passando, senão me engano foi o Callado que
132 começou esse trabalho lá, e quando cheguei no Instituto das Águas entendi a
133 importância disso. Quando você faz um exame do leite nas mãos da região de Londrina
134 até hoje tem resíduo de BHC. Mas por quê?

135 Esse BHC que ficou nas propriedades, se vocês repararem ali (slide) era uma
136 bela casa há quarenta anos, virou uma tapera velha, lá atrás está o pó do BHC, aqueles
137 de amarelo são o pessoal retirando, e ali tem uma pessoa mostrando que não deve ser
138 feito. Está sem luvas, sem blusa, sem nada, vocês imaginam quem é, né. Sou eu, mas
139 estou mostrando como não deveria ser feito. Fui lá exatamente para mostrar para as
140 pessoas que o BHC era coisa séria e não deveria ser feito. Então, sou eu que estou ali.

141 E a cada chuva que dava, o BHC ia para o corpo hídrico, e o frango, o porco, o
142 boi, o peixe, enfim, bebiam da água e ia contaminando tudo. Mas onde foi o grande
143 trabalho? Primeiro conscientizar o produtor rural, porque o produtor tinha medo de
144 entregar o BHC porque achava que o pessoal do IAP ia multar: “Eu vou sair multado ou
145 até preso de lá!” Então foi um trabalho muito grande com a FETAEP, com a FAEP,
146 com a Emater, um grande trabalho para convencer o produtor rural que ele tinha que
147 entregar o BHC.

148 Foi feito um trabalho de engenharia muito grande à época, conseguimos recursos
149 e levamos esse produto para ser incinerado no Rio de Janeiro, que era a empresa
150 adequada, a estrutura adequada para incinerar esse tipo de produto. Não vou dizer que
151 conseguimos acabar, porque depois disso foi feito mais uma ou duas coletas, mas
152 resolvemos uma grande parte desse problema. Foi uma ação muito bacana de
153 convencimento das pessoas, porque muitas vezes o pessoal enterrava o BHC na
154 propriedade e vendia o sítio. E daí quem sabia onde estava guardado o BHC? Esse foi o
155 mais difícil. Esse trabalho de prospecção para descobrir onde estava enterrado o BHC,
156 porque muitas vezes o cara já não era mais o dono do sítio, tinha medo de entregar.
157 Então, foi um trabalho muito bacana.

158 Esse foi outro trabalho muito bacana no Instituto das Águas do Paraná. Se
159 alguém me perguntar qual o maior problema ambiental do Paraná, vou dizer que são
160 muitos, como desmatamento, esgoto clandestino, contaminação do solo, do ar, mas se
161 puder escolher o maior problema vou dizer, sem medo de errar, que o maior problema
162 do Paraná é a erosão. Foi feito um trabalho bastante interessante lá atrás, esse trabalho
163 foi relegado a um segundo plano e as nossas terras estão indo rio abaixo, essa que é a
164 verdade. E cada vez que a terra vai rio abaixo, aí sim o problema ambiental é muito
165 grande. As nossas terras com adubação de fósforo, potássio pesado, é contaminação
166 direta nos rios, aumento de algas tóxicas, mortalidade da flora, da fauna, um problema
167 seríssimo, fora que têm cidades que estão indo literalmente para o buraco.

168 Então, na época criamos um programa, que era o Procel. Foi um programa de
169 fabricação de tubos que o Estado já tinha, recuperamos as fábricas e colocamos para
170 funcionar. E a grande novidade foi a utilização da mão de obra de apenados. O pessoal
171 que estava no regime semiaberto, cada três dias trabalhados um dia a menos na pena, o
172 salário é justo para que a filha do presidiário não precisasse se prostituir, para que o
173 filho não precisasse vender droga. Foi um trabalho muito bacana, e mais do que isso,
174 aquele que um dia causou um dano à sociedade agora ter possibilidade, com a força do
175 seu trabalho, resolver um problema para a sociedade. Foi um programa que funcionou e
176 funcionou muito bem.

177 Aqui um programa de educação ambiental. Nós contratamos na época o grupo
178 Espaço Só Arte e mais a nossa equipe do Instituto das Águas, comandado pela Teresa, e
179 mais pessoal da universidade. Fizemos um trabalho muito grande porque entendemos
180 que no verão mais de dois milhões de pessoas visitam o nosso litoral, ou até mais. Quer
181 dizer, dois milhões praticamente entre Natal e Ano Novo, mas é muito mais que isso.
182 Mas muita gente do interior vinha para o nosso litoral e nós gostaríamos que eles
183 voltassem com uma mensagem sobre reciclagem do lixo, cuidados com o meio
184 ambiente. Então o pessoal entregando sacola plástica, lá em cima tem um passarinho
185 voando (slide) e uma moça que era parte de um teatro que o Espaço Só Arte fazia, ia
186 caminhando, ia contando história, uma lixeira a cada cinquenta metros. Foi um trabalho
187 muito bacana.

188 (Slide). Aquele carrinho elétrico, vocês estão vendo ali um carrinho elétrico,
189 antes do carrinho elétrico tem um caminhão, acho que foi até o Everton que deve ter
190 colocado ele ali, aquele gordinho simpático de camisa branca na foto de cima, sou eu.
191 Estava caminhando lá, vendo o saco azul, o saco preto, para provar que nós estávamos
192 lá na época. Estava mais gordo naquela época. Aí tem um caminhão ali, vocês podem
193 notar que tem galhos, entulhos ali. O pessoal, quando vai à praia, antes faz poda nas
194 árvores em suas casas, faz uma pequena roçada, uma pequena poda, uma pequena
195 reforma e sempre sobra entulho. Então, pensamos que podíamos muito bem contratar
196 um caminhão, porque esse lixo acaba indo para a galeria de água pluvial. E um grande
197 problema que nós temos lá no litoral é a inundação. Chove e inunda tudo. Então, não dá
198 para dizer que iríamos resolver, mas melhoraria um pouco, fora aspecto a questão do
199 aspecto bonito da cidade. Então, contratamos um caminhão muque na época, tipo, o
200 verão começava dia 20 de dezembro, antes do Natal, e nós dia 20 de novembro, um mês
201 antes, estávamos recolhendo galho.

202 Aquele carrinho ali, atrás tem uma balsa que é a balsa do transbordo da Ilha do
203 Mel. A Ilha do Mel tinha uma estrutura muito ruim para receber o lixo e, além do que,
204 as pessoas carregavam esse lixo todo que está sendo colocado com tração humana.
205 Quando eu cheguei lá, vi um ser humano puxando um carrinho cheio de lixo, subindo
206 duna, descendo duna, subindo morro, descendo morro. Pensei: “Não é possível que em
207 pleno Século XX estamos com um trabalho análogo ao escravo, só puxando lixo nas
208 costas!” “Aqui na Ilha do Mel não pode entrar veículo!” Falei: “Motorizado, mas
209 elétrico pode!” Então essa foi a maior inovação tecnológica nos últimos cinquenta anos
210 na Ilha do Mel, foram os carrinhos elétricos. Vocês imaginem o quanto estamos
211 atrasados.

212 Vou contar uma historinha para vocês, porque é um caso pitoresco. Chegou esse
213 carrinho lá, vocês imaginem, nunca tinha pintado um carrinho na Ilha do Mel. Dali a
214 pouco surge o carrinho de lixo. Os três primeiros dias foi uma beleza. O carrinho
215 trabalhou segunda, terça, quarta, quinta, sexta-feira. Sexta-feira à noite, o bacana que
216 era o motorista do carrinho, resolve pegar a médica dentista e fazer um tour pelas praias,
217 pelos bares e restaurantes, no Toca do Urubu. Foi um sucesso, né! O motorista do
218 carrinho, só tinha aquele carrinho, ele era o motorista do carrinho. No outro dia foi uma
219 barbaridade, mas, enfim, corrigimos. Nunca me esqueci disso por causa desse fato, mas
220 foi uma coisa bacana.

221 Esse foi outro programa interessante na época, “Programa água no campo”. Se
222 vocês repararem tem mais uma casinha velha lá, a nossa caminhonete do Instituto das
223 Águas está ali na frente, e esse cidadão puxando aquela carrocinha ali há trinta anos,
224 todo dia de manhã ele saía abastecer os dois tambores de água para a mulher lavar os
225 ‘trechos’, os trens, para dar água para a vaca, para o porco, para o frango. Foram trinta
226 anos assim. Um belo dia furamos um poço artesiano, aquele número três ali sou eu.

227 Esse é a Lei do Fracking, que já falei, então o Rasca junto conosco, o Scavinato
228 comigo. Aí chegamos ao momento de hoje. O governador Ratinho Junior me faz o
229 convite para eu fazer parte da sua equipe de governo e me diz: “Se você quiser enfrentar
230 um desafio bem grande, assuma a questão do meio ambiente.” Falei: “A princípio a
231 resposta é não, porque eu acho que fui um bom deputado. Consegui levar recursos à
232 minha cidade, fiz boas leis, fiz política em alto nível, ajudei a coordenar sua campanha à
233 governador. Se o senhor quiser me prestigiar, me prestigie como deputado!” Ele falou:
234 “Não, nós precisamos do seu trabalho!” Falei: “Bom, se o senhor precisa do meu
235 trabalho, vamos organizar uma Secretaria que eu possa dar o resultado necessário!”

236 Então, fui para casa, pensei um pouco, no dia seguinte me reuni com o pessoal da
237 Fundação Dom Cabral, com o pessoal que tinha elaborado o plano de Governo do
238 Ratinho Junior e começamos a desenhar algumas coisas. E naquele dia que eu disse não,
239 ele pediu para eu pensar um pouco, ele viajou a Brasília, escrevi alguma coisa a mão. E
240 aí me veio, num primeiro momento à cabeça, como tinha sido Presidente do Instituto
241 das Águas do Paraná, Diretor da Emater, chefe de núcleo, Secretário Municipal, já era
242 deputado e conhecia a estrutura do Estado, entendia que nós devíamos fazer uma fusão
243 entre os três grandes institutos ligados ao Meio Ambiente do Paraná. O Instituto
244 Ambiental do Paraná, o Instituto das Águas do Paraná e o Instituto de Terras,
245 Cartografia e Geologia. Fundi esses três institutos para que acabássemos com o
246 sombreamento de algumas ações e que pudéssemos dar velocidade, celeridade em
247 alguns processos, procedimentos, rotinas e recriar uma série de manuais para ao longo
248 do tempo, a Secretaria chegou a ter quase três mil funcionários como um todo. Hoje
249 conta com menos de setecentos e boa parte desses são funcionários com cargos de
250 confiança ou contratados como segurança, limpeza, etc. Então, temos um corpo técnico
251 muito pequeno. Então, a rotina, os processos e os procedimentos foram se perdendo não
252 por incompetência, foram se perdendo no tempo porque são trinta e três anos sem fazer
253 um concurso público. Não são três anos e três meses. São trinta e três anos sem fazer
254 um concurso público. O Everton é da última turma, está com trinta e três anos, o Rasca
255 também é da última. Depois disso, acho que teve um do ITCG, um pequeno, um muito
256 pequeno, então precisávamos dar uma ajeitada nisso. Então eu sabia que no Instituto das
257 Águas mexiam com resíduos sólidos, sabia que na CEMA tinha gente que trabalhava
258 com resíduos sólidos, sabia que no IAP tinha gente que trabalhava com resíduos sólidos,
259 mas cada um puxando para um lado e tínhamos que colocar todo mundo puxando para o
260 mesmo lado.

261 Então, resolvi fazer uma fusão dos três institutos criando um instituto só que
262 passaria a se chamar, ao longo do tempo, de Instituto Água e Terra que tenho aqui do
263 meu lado esquerdo, lado do meu coração, Everton Costa Souza que é o nosso Diretor-
264 Presidente do Instituto Água e Terra. Quando chegamos lá e fizemos a primeira reunião,
265 encontramos mais ou menos essa estrutura. Era mais ou menos variável, era a Secretaria
266 de Meio Ambiente, eram seis coordenadorias mas já chegaram a ser oito em alguns
267 momentos, às vezes, era muito variável e abaixo os três institutos com as suas diretorias.
268 E aí, antes mesmo de assumir o cargo, começamos a conversar sobre esta proposta,
269 nesta altura já tinha me entregado, já tinha aceitado. E falei para o governador que era

270 difícil, falei: “Agora não tem mais nada difícil. Agora vai ter que ser fácil, porque
271 estamos aí!” E aí fomos em uma reunião, o Everton estava, lembro-me bem, o pessoal
272 que está me auxiliando, o Rasca também estava, o Andreguetto que tinha sido
273 secretário. Aí perguntei: “Por que tem essas coordenadorias aí?” Falaram: “É porque
274 não existe uma interlocução entre os secretários e os institutos!” Então, criamos as
275 coordenadorias para criar um anteparo para que possa haver um diálogo entre os
276 secretários e os institutos. Era mais ou menos assim: o Secretário de Meio Ambiente era
277 um, o IAP uma turma nomeava, a SEMA outra nomeava, o ITCG outra nomeava e
278 ficava uma situação muito difícil de trabalhar.

279 A primeira coisa que fizemos, já que precisava ter uma interlocução e não
280 precisamos de outro interlocutor porque a interlocução é direta conosco. Então a
281 primeira coisa que fizemos foi cortar tudo isso e transformamos nessa estrutura. Vocês
282 podem ver que já nesse novo mapa já vem o IAT, de todo aquele mapa que vocês viram
283 se transforma no IAT - Instituto Água e Terra, com aquelas quatro diretorias.
284 Resolvemos trazer junto conosco a Paraná Turismo, a Agência Paraná Desenvolvimento
285 e o Simepar. Então resolvemos criar uma secretaria que passou a se chamar Secretaria
286 do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, entendendo primeiro que a fusão desses
287 três grandes institutos para dar velocidade, principalmente segurança técnica e jurídica.
288 Para você ter um licenciamento não é porque ele demorou que é bom e não é porque ele
289 foi rápido que é ruim, ou vice-versa. Os licenciamentos tem que ter agilidade, mas tem
290 que ter segurança técnica e segurança jurídica.

291 E a grande mudança aqui talvez seja com relação ao conceito, porque vamos dar
292 toda a orientação, quero que vocês prestem bem a atenção, vamos dar toda a orientação
293 para aquelas pessoas que queiram empreender para que obtenham o seu
294 empreendimento. Nossa missão só termina a partir do momento que o empreendedor
295 conseguiu realizar seu intento. Como, por exemplo, se for alguém que queira fazer um
296 loteamento, o dia em que vendeu os lotes, que contratou um engenheiro, que contratou
297 um pedreiro e que esse pedreiro foi comprar em uma loja de material de construção e
298 esse cara da loja de material de construção for abastecer no carro no posto de
299 combustível que nós licenciamos, como o loteamento que eu licenciei, a gente coloca a
300 economia para gerar sem gastar um cruzeiro do Estado. Não quero dizer com isso que
301 vamos afrouxar, flexibilizar, afrouxar a tanga. Pelo contrário. Nós vamos ser muito
302 rigorosos e vamos punir exemplarmente o clandestino, o marginal, aquele que está fora,
303 não quer ser visto, está lá escondido em um canto. Agora aquelas pessoas que estão nos

304 procurando para obter a sua regularização, vamos dar todas as orientações para que essa
305 pessoa possa obter o seu intento. Claro que com segurança técnica e segurança jurídica.

306 Então, aí resolvemos trazer junto a Agência Paraná de Desenvolvimento, por
307 quê? Porque as pessoas querem empreender no Estado do Paraná, claro que sabemos
308 que a prefeitura é uma porta de entrada sempre, mas quando alguém quer investir no
309 Estado é muito importante que a pessoa saiba onde temos a mão de obra qualificada,
310 onde temos a matéria prima adequada, qual a situação logística e possíveis expansões
311 logísticas. E é muito importante, se você puder dar um incentivo fiscal, dependendo da
312 vocação regional, principalmente prestando atenção em empreendimentos. O quanto
313 mais perto ao porto e região metropolitana de Curitiba, menor o incentivo. Quanto mais
314 longe do porto e mais para o interior do Estado com menos infraestrutura, maior o
315 incentivo para diminuirmos esse fluxo fabuloso do interior para a Capital. Então, quanto
316 mais distante menos infraestrutura, maior o incentivo. Mas logo na sequência de tudo
317 isso que eu falei, vem uma licença ambiental.

318 Então resolvemos trazer a Agência de Desenvolvimento, entendendo que um
319 produtor que quer se transformar em um agroindustrial temos condições de dar esse
320 aporte. Se um pequeno agroindustrial quiser se transformar em uma maior agroindústria
321 temos condições de fazer isso, se alguém de outro Estado quiser vir temos condições de
322 este suporte e se alguém quiser vir de outro país procurar nosso o Estado também temos
323 condições. Então, trouxemos a APD para este complemento.

324 Na sequência trouxemos a Agência Paraná Turismo, porque o turismo ficou
325 relegado ao segundo ou ao terceiro plano e aí dentro da APT, porque é uma parte da
326 Secretaria de Indústria e Comércio. Nós tínhamos uma Secretaria de Indústria e
327 Comércio que com o tempo foi ficando relegada ao segundo ou ao terceiro plano,
328 trouxemos para esta Secretaria para coloca-la em um novo status para fazer andar. E
329 assim o turismo. O turismo também estava relegada a terceiro ou ao quarto plano, cada
330 administração tem suas prioridades, no Governo Ratinho Júnior passa a ser uma
331 prioridade e o governador a cada dez palavras uma delas é turismo. Sabe que realmente
332 o conceito é antigo, porque a indústria que não polui, com pouco dinheiro você gera
333 muito emprego, mas têm países que sobrevivem do turismo. Tem o turismo como uma
334 grande mola mestra de geração de emprego, renda, enfim. Só que como a gente não
335 estava convencido, quem não está convencido não convence ninguém, então o governo
336 resolveu dar prioridade para o turismo, vai colocar 35% do seu orçamento no turismo
337 em divulgação. Criou a televisão do Paraná Turismo para divulgar vinte e quatro horas

338 por dia, mostrar os nossos atrativos dentro disso formatar os nossos produtos, dentro dos
339 atrativos, treinar a mão de obra receptiva, integrar tudo isso o que chamamos de turismo
340 rodoviário integrando as regiões. Mas mais do que isso tudo, transformar o Estado que é
341 um exportador de turista para um Estado importador de turista. O paranaense não
342 conhece o Paraná. Nós temos que começar pelos onze milhões de paranaenses que não
343 conhecem o Paraná. Quando faço uma reunião pergunto: “Quem já viajou pelos pontos
344 turísticos do Brasil? Todo mundo levanta a mão!” E aqui não vai ser diferente. “Quem
345 foi para algum ponto turístico do Paraná fora Foz do Iguaçu, Curitiba, região
346 metropolitana e litoral?” Quem foi pra algum ponto turístico fora Foz do Iguaçu, litoral
347 do Paraná e Curitiba e região metropolitana? Dez! Não dá 10%, e aqui ainda é alto. Veja
348 como estamos. Estamos no AA. Estamos em um conselho onde tem as grandes figuras
349 do Paraná. Geralmente, quando faço essa pergunta, dá 1%, 2%. Cada cem pessoas um
350 ou dois. Então, o que percebo? Que a cada dia que passa, claro que eu sei que o turismo
351 é muito grande, seja de negócio seja religioso, cultural, gastronômico, etc., mas o
352 grande turismo que vai puxar todas as outras modalidades do turismo é o turismo dos
353 negócios ligados à natureza. É o turismo responsável. A palavra do momento é o
354 turismo responsável. Quem usa cuida. Então, é impossível a gente conceber que, por
355 exemplo, em nosso Parque Estadual, que vão estar concebendo a alguns dias no Parque
356 Estadual de Vila Velha, que não possa entrar o pessoal que faz ciclo turismo. Não pode
357 entrar! Será que é possível conceber que o ciclo turista, que faz turismo pelo mundo
358 inteiro, quer vir para o Paraná e não pode entrar no Parque de Vila Velha porque é
359 proibido entrar de bicicleta no Parque de Vila Velha. Será possível? Será que estamos
360 no caminho certo? Ou será que no caminho certo está o Chile? Será que no caminho
361 certo está a França?

362 Esses dias eu estava vendo, dentro dos parques da França têm indústrias,
363 indústrias voltadas para o turismo, voltadas à vocação regional. Vi hotéis! Quando
364 estive no Chile, por exemplo, na Cordilheira dos Andes, hotéis os mais variados,
365 restaurantes dos maiores tipos. A pessoa que quer andar de esqui, depois ela quer tomar
366 um bom vinho, quer se hospedar com uma boa lareira. Ela quer estrutura, acomodação.

367 Então, a cada dia que passa eu vejo que tomamos uma decisão muito acertada de
368 trazer o turismo junto com o meio ambiente e junto com o desenvolvimento para criar a
369 Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo.

370 Aí para trazer o que eu digo que é a cereja do bolo, trouxemos o Simepar que é o
371 Sistema de Monitoramento de Satélite e Radar do Paraná. É o terceiro site mais

372 consultado do Paraná, uma ferramenta extraordinária que pode nos ajudar muito.
373 Inclusive agora depois dos episódios de Mariana e Brumadinho, virou moda a questão
374 da proteção de barragens.

375 Então estamos junto com o Simepar que está em nossas estruturas, finalizamos
376 um contrato de gestão que acho que será assinado esta semana e vai fazer todo esse
377 trabalho de monitoramento de satélite e radar, proteção de barragem e outros serviços
378 como já está fazendo hoje que é a questão da convalidação do CARI, etc. Vai ter muita
379 ferramenta hoje que via satélite consegue-se medir até o tamanho de uma árvore. Então,
380 resolvemos conceber essa Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo.

381 Vou finalizando, dizendo que esta é a estrutura da Secretaria de
382 Desenvolvimento Sustentável e Turismo, é composta pelo Instituto Água e Terra, o
383 Paraná Turismo, o Paraná Desenvolvimento e o Simepar. Esta é a nova Secretaria de
384 Desenvolvimento Sustentável e Turismo que para mim é a Secretaria mais importante
385 do Estado do Paraná. Para mim porque estou mandando, lógico! Para o Valdemar deve
386 ser o Planejamento, para o Guto deve ser a Casa Civil, mas para mim a mais importante
387 é esta aqui. O Rio do Tegi é muito bonito, mas para quem está lá no Tegi. Eu estou aqui,
388 então o Rio Barigui para mim é mais importante e nós vamos cuidar dele. Então, para
389 mim esta Secretaria é muito importante.

390 E iniciando esta reunião, quero apresentá-los o Everton da Costa Souza -
391 Presidente do IAT, o Jacob Mehl - Presidente do Paraná Turismo, o Eduardo Bekin -
392 Presidente da Agência Paraná e Desenvolvimento, Eduardo Alvim continua na
393 Presidência do Simepar. E para este desafio convido-os para estar comigo, Então, se eu
394 pudesse dar um nome para esta nova Secretaria, chamaria de Secretaria do Equilíbrio.
395 Minha mãe foi minha professora do primeiro ano, mas antes da minha mãe minha avó
396 foi minha professora na creche, e no segundo ano foi minha mãe também porque eu a
397 acompanhava. Mas me lembro desde muito pequeno eu já aprendi que temos que
398 crescer, nos desenvolver, gerar emprego, gerar renda e temos que cuidar do meio
399 ambiente, recuperar o meio ambiente. Isso é perfeitamente possível!

400 Então estou neste momento representando o equilíbrio, porque é uma guerra
401 insana que existe entre os desenvolvimentistas e os ambientalistas. Uma luta que não
402 leva a lugar nenhum. Então não estou aqui para discutir e não permitirei discussão
403 ideológica. Vamos discutir metodologia para melhorar a vida das pessoas e provar que o
404 Estado do Paraná pode ser o estado mais moderno e mais sustentável do Brasil. É muito
405 fácil. Só que para isso acontecer temos que primeiro internalizar o nosso conceito.

406 Quem não está consciente disso não consegue convencer ninguém. Então, por isso, os
407 expedientes que tenho usado, a ferramenta que tenho usado por onde eu passo é
408 repetição, repetição, repetição e repetição em cima do conceito. Podem ver que não
409 entrei na profundidade de nenhuma das Secretarias, mas tentei demonstrar que é
410 possível crescer, desenvolver, cuidar do meio ambiente, recuperar o meio ambiente, o
411 uso responsável das coisas que é o grande futuro.

412 Então, esse grande desafio de transformar as coisas que já estão aqui em coisas
413 melhores, manter as que estão bem e melhorar muito as coisas para o futuro. Eu que já
414 estou do meio dia para à tarde, porque tenho cinquenta e três anos, tenho só uma filha,
415 já é médica, tem vinte e oito anos e se o pai se apertar é perigoso ela ajudar o pai, então
416 estou do meio dia para a tarde. Mas tem uma turma que está vindo. Daqui a pouco vem
417 o filho da minha filha e vem o filho da filha da minha filha. Tem muita gente que diz:
418 “Ah, isso é conversa de político que diz que temos que pensar nas próximas gerações!”
419 Mas vou dizer para vocês que estou muito convencido, mas estou muito convencido que
420 das nossas ações hoje podemos melhorar a vida de muita gente no futuro, porque na
421 verdade quando a gente fala em sustentabilidade, como estamos numa área ambiental,
422 muitas vezes a gente se equivoca um pouco, porque a sustentabilidade não é só
423 ambiental, é social, é cultural, é financeira e também é ambiental. E quando fala que é
424 ambiental que é onde a gente está, justamente sustentabilidade não é poder usar os
425 recursos naturais. Sustentabilidade é dizer que podemos usar os recursos naturais, de
426 forma adequada, organizada, preservando para as futuras gerações, mas não esquecendo
427 que não existe futuro sem o presente. Temos que ser muito eficientes e muito efetivos
428 no presente. Se isso não acontecer podem ter certeza que vamos enxergar o futuro mais
429 turvo, se formos eficientes no presente tenho certeza que conseguiremos enxergar o
430 futuro de maneira muito mais clara.

431 Então, neste momento, encerro com trinta e cinco minutos, mas não podia perder
432 a oportunidade de aqui, hoje, nesta primeira reunião com os conselheiros que estão
433 fazendo parte nesse momento junto conosco, em trazer minha visão. Ao final vou deixar
434 a palavra aberta para quem quiser fazer alguma pergunta, dar alguma sugestão. E vou
435 dizer uma coisa para vocês, o dia em que o governador me convidou eu não aceitei. Mas
436 eu vou dizer uma coisa para vocês sem medo de errar, eu estava completamente errado.
437 Se eu não tivesse aceitado eu teria cometido um erro muito grande, porque nesses cinco
438 meses eu tenho aprendido tanta coisa, mas tanta coisa, tem sido uma escola tão grande
439 para a minha vida que eu deveria estar pagando para trabalhar. Eu não deveria estar

440 recebendo, eu deveria estar pagando. E como estou muito aberto a aprender, alguma
441 coisa que estiver equivocado, temos condições de mudar, estamos condições de alterar,
442 então quero convidá-los a estar neste sonho junto comigo, que vocês me ajudem a
443 construir essa história, mas que vocês possam participar ajudando para que possamos
444 formar as políticas públicas que possam melhorar a vida das pessoas.

445 Então, neste momento, encerro minhas palavras e passo a palavra para o João
446 Batista que vai apresentar os novos conselheiros. (Palmas).

447 O Sr. Secretário Executivo:- Dando sequência na reunião, vamos fazer a
448 apresentação dos novos conselheiros. Como vocês sabem, a cada mudança de Governo,
449 de dois em dois anos, ocorre à renovação dos conselheiros do Conselho Estadual de
450 Meio Ambiente.

451 Então, vou ler o nome de todos e as pessoas se manifestem, por favor, dando um
452 tchauzinho, porque vamos passar dois anos juntos, então é bom que a gente vá se
453 conhecendo para que possamos trabalhar cada vez melhor.

454 Secretário Márcio Nunes - Secretário do Desenvolvimento Sustentável e
455 Turismo e Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente; Rasca Rodrigues
456 representante legal da Sedest. Da Secretaria de Estado e Órgãos Públicos, que são os
457 conselheiros natos, temos: Secretaria de Estado da Saúde - Carlos Alberto Gebrim
458 Preto, Ivana Lúcia Belmonte e José Luiz Nishihara Pinto; da Secretaria de Estado de
459 Agricultura e do Abastecimento - Norberto Anacleto Ortigara e José Tarciso Fialho; da
460 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - Geraldo Luiz
461 Farias e Glauco Pereira Júnior; da Superintendência da Ciência, Tecnologia e Ensino
462 Superior - Aldo Nelson Bona e Jonathan Dieter; da Secretaria de Educação de Esportes
463 - Rosilaine Terezinha Durigan Mortella e Mauren Martini Lobo; da Secretaria de
464 Planejamento e Projetos Estruturantes - Milton de Almeida Barbosa e Nestor
465 Bragagnolo; do Paraná Turismo - João Jacob Mehl e Rafael Andreguetto; da Secretaria
466 de Justiça, Família e Trabalho - Ederson José Pinheiro Colaço e Sérgio Tadeu Monteiro
467 de Almeida; da Casa Civil - Guto Silva, e o suplente ainda não foi indicado; do Instituto
468 Ambiental do Paraná - Everton Luiz da Costa Souza e José Volnei Bisognin; do
469 Instituto de Águas do Paraná - José Luiz Scroccaro, e o suplente também está para
470 indicar; do Instituto de Terras, Cartografia e Geografia - ITCG, Mozarte de Quadros
471 Júnior e Sérgio Roberto Pegoraro; da Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná -
472 Jorge Luiz Lange e Luiz Antônio Werlang; Da Procuradoria Geral do Estado - PGE,
473 Letícia Ferreira da Silva e Carolina Lucena Schussel; do Instituto Paranaense de

474 Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes, Francisco José Gouveia de Castro e
475 Cassiano Correa de Oliveira. Das Entidades Não Governamentais - Mater Natura,
476 Adriano Wild e Paulo Aparecido Pizzi; Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e
477 Educação Ambiental - SPVS, Clóvis Ricardo Borges e Felipe do Vale; CEDEA -
478 Centro de Estudo de Defesa e Educação Ambiental - Luiz Arthur Klas Ginete da
479 Conceição e Laura Jesus de Moura e Costa; ADEMADAN - Associação de Defesa e
480 Meio Ambiente de Antonina - Felipe Pinheiro e Eliane Beê Boldrini; GERAR -
481 Francisco Reinord Essert e Elizete Drevinski; Arayara - Juliano Bueno de Araújo e
482 Suelita Rocker; do IPCC ainda está para indicar; Associação Planeta D'O - Sônia Mara
483 Saldanha Bach Passot e Carlos Eduardo Belz; Universidade de Londrina também ainda
484 não indicou até o presente momento; Universidade de Ponta Grossa - Sandro Xavier de
485 Campos e Gilson Burigo Guimarães; da PUC - Pontifícia Universidade Católica do
486 Paraná - Rafaela da Silva Limons da Cunha e Altair Rosa; da Universidade Positivo -
487 Marcelo Limont e Eliane Carvalho Vasconcelos; da Federação da Indústria do Estado
488 do Paraná - Mauricy Kawano e Hélio Bampi; da FAEP - Federação de Agricultura do
489 Estado Paraná - Carla Beck e Klauss Kuhnen; da Assembleia Legislativa do Estado do
490 Paraná - Deputado Goura e Deputado Evandro Araújo; da Associação Paranaense de
491 Empresa de Base Florestal - Álvaro Scheffer Júnior e Ailson Augusto Loper; FETAEP -
492 Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Familiares do Estado do Paraná -
493 Aparecido Callegari e Amauri José Denck; a FETRAF-Sul não indicou ainda; do
494 Sindicato Estadual dos Servidores Públicos, Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e
495 Afins - Temístocles dos Santos Vital e Margit Hauer; da Secretaria Municipal de Meio
496 Ambiente de Curitiba - Josiana Saqueli Koch e Ibson Gabriel Martins de Campos; da
497 Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campo Largo - Ariadne Giacomasso Mattei
498 Manzi e Mirela Jacomasso Medeiros; do CRBio - Conselho Regional de Biologia, Jorge
499 Augusto Callado Afonso e Paulo Aparecido Pizzi; e do Conselho Regional de
500 Engenharia e Agronomia do Paraná - Helder Rafael Nocko e Edilene Pires da Silva; do
501 Conselho Regional de Medicina Veterinária - Leonardo Nápoli e Letícia de Paulo
502 Koproski; da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, Alessandro
503 Panasolo e Fabiano Augusto Piazza Baracat; e das Comunidades indígenas do Estado
504 do Paraná, articulações de povos indígenas da região Sul, Andreia de Fátima Fernandes
505 e Romancil Gentil Cretã; da Secretaria de Comunicação Social e Cultura - Luciana
506 Casagrande Pereira Ferreira e Fabrício Ferreira.

507 O Sr. Presidente:- Primeiro quero dar às boas-vindas e declarar empossados os
508 novos conselheiros para a gestão 2019/2020. Passo a palavra ao João Batista para fazer
509 verificação de quórum.

510 O Sr. Secretário Executivo:- Secretário, nesta centésima reunião, dos trinta e
511 cinco conselheiros representantes com cadeira no Conselho, temos trinta e um
512 presentes. Uma presença maciça. Gostaria de agradecer imensamente o esforço em fazer
513 essa reunião importante para todos nós.

514 O Sr. Presidente:- Neste momento vamos passar à inscrição da Tribuna Livre.
515 Vale explicar que a Tribuna Livre são quinze minutos, se tivermos quinze inscritos um
516 minuto para cada um, se tivermos três escritos cinco minutos para cada um. Esta é a
517 regra estipulada no Conselho.

518

519 (Faz-se a inscrição para a Tribuna Livre).

520

521 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Pela Ordem,
522 Presidente. (Assentimento). Dos requerimentos que apresentei em Regime de Urgência,
523 faço a defesa agora ou posteriormente.

524 O Sr. Secretário Executivo:- Conselheiros, nossas reuniões são gravadas e
525 depois a ata é realizada *in verbis*. Então, todos que forem se manifestar peço que diga o
526 nome e a instituição.

527 Conselheiro Arthur, os assuntos que você apresentou à Mesa serão em outros
528 assuntos. Ok?

529 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Ok.

530 O Sr. Presidente:- Mais alguém? (Pausa). Não. Então, vamos passar a discussão
531 e aprovação da Ata 99ª da Reunião Ordinária. A Ata foi repassada aos senhores
532 conselheiros, caso haja alguma questão, por favor, levantar a questão. (Pausa).

533 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Não sei se o Sr. Presidente
534 chegou a ler essa Ata.

535 O Sr. Presidente:- Eu não participei da reunião. Só pode ler a Ata anterior as
536 pessoas que participaram da reunião anterior. Estou chegando agora, não estava
537 presente, como vou saber se é verdade ou mentira a transcrição?

538 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Como está na pauta entendi
539 que talvez o Presidente tivesse curiosidade em ver o que tratou dessa Ata. Dentro dessa
540 nova estrutura...

541 O Sr. Presidente:- A questão neste momento é a discussão da Ata da reunião
542 anterior.

543 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Então, é sobre a Ata.

544 O Sr. Presidente:- A redação. Quando coloquei em discussão é com relação à
545 discussão da Ata da reunião anterior. Se tiver algum detalhe sobre a transcrição, sobre o
546 que foi falado na Ata podemos fazer uma alteração. Não estamos aqui para discutir
547 assuntos correlatos ao que foi discutido na Ata e sim a redação da Ata. Perdão, é assim
548 que será o comportamento. Você é meu amigo, companheiro, mas é para todos, não tem
549 jeito. Nós estamos discutindo aqui a transcrição da Ata.

550 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Quando será discutido o que
551 esta Ata deixou...

552 O Sr. Presidente:- Em outros assuntos com aqueles que já se inscreveram. Em
553 reuniões ordinárias e extraordinárias que espero que tenhamos aqui bons debates, acima
554 de tudo debate de ideias.

555 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Então, retiro minha
556 intervenção.

557 O Sr. Presidente:- Em discussão a Ata da reunião ordinária anterior. (Pausa).
558 APROVADA.

559 Ordem do Dia. Deliberação de Resoluções *ad referendum*. Passo a palavra ao
560 João Batista para que faça a devida explicação dos *ad referendum*.

561 O Sr. Secretário Executivo:- Essas duas resoluções que estão postas para serem
562 deliberadas, é uma formalidade regimental. Vou explicar o objeto dessas resoluções.

563 A cada dois anos fazemos o cadastramento e eleição dos membros
564 representantes das entidades ambientalistas não governamentais dentro do Conselho. A
565 cada dois anos fazem a comprovação que estão em atividade, anexando documentos e é
566 feito um processo. E tem um comitê que se chama Comitê Estadual das Entidades
567 Ambientalistas Não Governamentais que faz a análise desta documentação, deliberando
568 sobre a inscrição, sobre cadastramento dessa ONG. Este é o processo. Esse
569 cadastramento das entidades ambientalistas não governamentais no Conselho Estadual
570 de Meio Ambiente vale para a escolha dos membros representantes das ONGs dentro do
571 Conselho Estadual de Meio Ambiente, dentro do Conselho Estadual de Recursos
572 Hídricos e também do Conselho do Litoral. Então, dentro dessa ótica, dentro desse
573 cadastro, funciona como um cadastro estadual. Ano passado vencia o mandato das
574 ONGs.

575 Então é elaborado um procedimento estabelecido por resoluções anteriores, de
576 como se dá dentro do Conselho. E a Resolução 102 estabeleceu esses parâmetros:
577 nomeia uma comissão eleitoral, estabelece os prazos para que as entidades comprovem
578 que estão em plena atividade, anexando fotos, trabalhos, relatórios e tudo o mais. Esses
579 documentos são analisados por este comitê, que é o CEENG - Cadastro Estadual das
580 Entidades Não Governamentais, e faz a definição das ONGs que estão aptas a se
581 cadastrarem dentro do Conselho. Isso tudo que eu estou falando é o que consta nesta
582 resolução.

583 O que acontece? Há uma provocação para essas ONGs que se cadastraram para
584 que demonstrem interesse em ser representantes delas mesmo dentro do Conselho
585 Estadual de Meio Ambiente. Aquelas que têm interesse protocolam um documento ou
586 mandam mensagem via eletrônico e a gente registra aquelas que têm interesse em ser
587 candidatas. A partir do momento que temos a listagem das candidatas, enviamos para
588 todas as ONGs cadastradas junto ao Conselho uma lista das interessadas e uma cédula
589 eleitoral, para todas as ONGs do cadastro, e elas escolhem sem nenhuma ordem, votem
590 em quatro ONGs. Depois esses votos são recebidos pela Secretaria, reúne a comissão
591 eleitoral e abre-se as cédulas e fazem a contagens dos votos. As quatro mais votadas são
592 aquelas que vão ficar como titulares e as quatro subsequentes ficariam como suplentes
593 das titulares. Essa resolução tratou dos prazos, encaminhamentos. Então, o processo foi
594 realizado, foi executado e as ONGs que lemos os nomes aqui foram as eleitas para o
595 biênio 2019/2020.

596 A outra resolução que temos na sequência, adequou o prazo, porque teve uma
597 greve dos Correios e os votos não teve tempo hábil para que ocorresse o procedimento.
598 Então só alterou o prazo de recebimento das correspondências para a contagem dos
599 votos. Então, como essas duas resoluções foram baixadas em caráter *ad referendum*,
600 regimentalmente temos que trazer para que sejam validadas, deliberadas aqui. Então, o
601 fato já aconteceu, temos as ONGs e as resoluções já cumpriram o seu papel.

602 O Sr. Presidente:- Coloco em discussão o *ad referendum* 102/2018 e o 103/2018.
603 Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADOS.

604 Nesse momento vamos passar para a composição das câmaras técnicas que
605 compõem a nossa instituição. Passo a palavra ao João Batista para que encaminhe a
606 discussão.

607 O Sr. Secretário Executivo:- Como estamos tratando de conselheiros, muitos de
608 vocês estão aqui pela primeira vez, então é importante que vocês entendam o que

609 significa, como é a composição, como se dá, qual o papel de uma câmara temática,
610 quais câmaras temáticas que existem no Conselho, porque depois vocês vão se habilitar,
611 vão se candidatar, se assim entenderem, a participar de algumas dessas câmaras
612 temáticas.

613 Vou passar uma apresentação de forma geral para vocês entenderem como
614 funciona, onde está a questão vamos definir agora. O Conselho Estadual de Meio
615 Ambiente, como vocês sabem, foi criado em 1984, já temos pessoas históricas que
616 participaram desse processo, e estava vinculada à Secretaria de Desenvolvimento
617 Urbano, o nome dela era CEDA - Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente. O
618 que é o Conselho Estadual do Meio Ambiente? É um órgão de caráter superior,
619 colegiado, tem as funções consultivas, normativas e deliberativas. Atualmente é
620 subordinado à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e, com as alterações
621 subsequentes, à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo e é integrante do
622 Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

623 Quais as competências? Três grandes ações e competências tem o Conselho
624 Estadual de Meio Ambiente que denota a importância. Primeira, formulação da Política
625 Estadual de Meio Ambiente. Então, todas as propostas de diretrizes, enfim, todas as
626 medidas necessárias para proteção, conservação e melhoria do meio ambiente é uma das
627 competências importantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente. O CEMA também
628 participa da formulação de planos e programas governamentais com o objetivo de
629 assegurar todo o processo de uso, prevenção, controle, poluição...

630 O Sr. Presidente:- João Batista, vou fazer uma pergunta. Na época em que eu
631 estava no Conselho, com esta alteração da Secretaria de agora, me criou uma dúvida,
632 vamos ter que colocar as competências dos outros órgãos que estão vindo para dentro?
633 Está vindo a Secretaria de Desenvolvimento, está vindo a Secretaria de Turismo, temos
634 que colocar neste mesmo Conselho? Porque o Turismo tem um Conselho, a APD tem
635 um Conselho, fica um Conselho no Turismo, outro na APD? Ficam os três?

636 O Sr. Secretário Executivo:- Eu creio que sim, porque são conselhos que foram
637 criados dentro de um liame legal, talvez a Dra. Edneia possa nos ajudar, que vem desde
638 a Lei 9.638 e subsequentes. Cada Conselho tem seu escopo.

639 O Sr. Presidente:- Obrigado.

640 O Sr. Secretário Executivo:- Outra competência importante também é a
641 participação na elaboração junto aos poderes públicos de atos legislativos,
642 regulamentares, enfim, tudo relacionado ao meio ambiente. Então, pode propor normas,

643 procedimentos, decretos, leis, etc., pode nascer aqui no Conselho, como, por exemplo,
644 foi a Política Estadual de Educação Ambiental.

645 Então, é um colegiado composto por Secretários de Estado, pela PGE, por
646 Diretores e Presidente dos órgãos ambientais e correlatos, por representantes de
647 entidades ambientalistas, das instituições de ensino superior, pelas categorias patronais
648 e dos trabalhadores, dos municípios, dos representantes das entidades de classe, CRBio,
649 CREA, OAB, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Assembleia Legislativa,
650 Sindiseab e Comunidades Indígenas. É de bastante amplitude e que denota a sua
651 importância. Resumidamente tem um problema de números. São trinta e cinco
652 conselheiros, dezessete do Governo Estadual, dezessete de representantes não
653 governamentais e um representante do município, que fica no ecótono, digamos, entre
654 oficial e não governamental.

655 Bom, então, estamos falando de câmaras temáticas. Temos quatro câmaras
656 temáticas e na medida em que vocês vão identificando onde as instituições de vocês
657 melhor se adéquam, colocamos a competência de cada uma delas aí. Câmara Temática
658 da Biodiversidade. Padrões de proteção à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao
659 patrimônio paisagístico e o espeleológico. Também é de responsabilidade a criação e
660 implementação de áreas protegidas públicas ou particulares, gestão integrada de
661 corredores ecológicos e de ambientes costeiros e marinhos, áreas de proteção
662 permanentes, APP, o sistema estadual de unidade de conservação, o sistema estadual de
663 proteção da fauna nativa e outros temas relacionados com a biodiversidade.

664 Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente. Estão relacionadas a esta
665 câmara temática, o zoneamento ecológico e econômico, programa de incentivo
666 ambiental, que é o PSA, padrões de proteção, controle de recursos florestais, padrões e
667 proteção de controle dos recursos agropecuárias e extrativistas, padrões de proteção de
668 controle de recursos minerários, padrões de proteção e controle de recursos pesqueiros,
669 padrões de proteção e controle de recursos energéticos, padrões de controle de gestão e
670 implantação de obras de atividades de infraestrutura e transporte, e outros temas
671 relacionados. Então, relacionados à Economia e Meio Ambiente.

672 A Câmara Temática de Controle Ambiental é aquela que está responsável pelo
673 padrão e controle de qualidade das águas, do ar e do solo, de tratamento de esgoto
674 sanitário e de coleta de disposição do lixo, normas para padrões para resíduos de
675 produção após consumo, métodos e processos industriais, passivos ambientais,
676 saneamento básico e saúde pública, normas e critérios para o licenciamento ambiental

677 de atividades potencialmente poluidoras e propor normas e critérios para o
678 licenciamento ambiental para a habitação, e outros temas também relacionados.

679 E esta câmara temática foi criada ano retrasado, foi o desmembramento da
680 Câmara Temática de Biodiversidade, que é a Câmara Temática de Educação Ambiental.
681 Seria, então, propor diretrizes para elaboração e implementação das Políticas e
682 Programa Estadual de Educação Ambiental, estabelecer indicadores de desempenho de
683 avaliação das ações de educação ambiental decorrentes das políticas e programa do
684 projeto de Governo, recomendar a participação do Estado do Paraná em diversos
685 programas nacionais e internacionais de educação ambiental formal e não formal, e
686 propor normas e padrões para o cumprimento dos acordos internacionais e das
687 conferências da ONU no que diz respeito à educação ambiental, claro, sempre no
688 Estado do Paraná.

689 Quero explicar para vocês, espero que seja claro no que eu produzi aí para
690 vocês, como funciona todo o Conselho desde à sua plenária até os grupos de trabalho.
691 Nós temos, então, a plenária em que estamos reunidos aqui, temos a assessoria de
692 assuntos jurídicos, as câmaras temáticas e grupos de trabalho. Qualquer cidadão,
693 qualquer conselheiro pode colocar uma proposição para o Conselho de forma geral e
694 isso é recebido na Secretaria Executiva que analisa a proposição e remete para uma
695 câmara temática, conforme se encaixa a proposição. Este documento é processado e
696 encaminhado à câmara temática. A câmara temática se reúne, e quando a proposta é
697 muito específica, é muito técnica, com detalhes que envolvem conhecimentos de
698 especialistas, aqueles que detêm expertise sobre determinado assunto, por exemplo,
699 padrões de poluição ambiental, é formado um grupo de trabalho dentro da câmara
700 temática. Então reúnem-se, dentro do grupo de trabalho, especialistas, professores,
701 pesquisadores, cientistas, enfim, aquelas pessoas que conhecem o assunto e desenvolve
702 uma proposta que pode ser uma resolução, uma proposição de recomendação ou uma
703 moção.

704 Então, o grupo de trabalho desenvolve isso e não tem caráter deliberativo.
705 Somente desenvolve proposta e remete à câmara temática isso que vamos construir hoje
706 aqui. Essa câmara temática faz a primeira apreciação sobre o mérito da proposta e
707 eventuais mudanças podem ser realizadas, mas sempre olhando a questão técnica.
708 Então, geralmente a câmara temática, quando vem alguma proposição do grupo de
709 trabalho, fazem reuniões conjuntas, o grupo de trabalho apresenta a proposição para a
710 câmara temática, a câmara temática debate e faz a primeira deliberação. Faz a primeira

711 aprovação no sentido técnico e formal da proposição. A partir disso, depois que for
712 realmente aprovada pela câmara temática, passa para o pessoal do Jurídico avaliar a
713 constitucionalidade e a legalidade da proposta. Está tudo legal, está tudo certo, tudo ok,
714 vai para a plenária. Tem algum problema para resolver? Volta para a câmara temática.
715 Mas se estiver tudo ok., vai para a plenária, e depois nós todos reunidos, vocês
716 conselheiros avaliam a proposição, debate a proposição e podem aprová-la, sugerir
717 modificação ou devolver, reencaminhá-la à câmara temática para fazer as devidas
718 alterações que bem entenderem. A plenária, que tem a palavra final, vai deliberar sobre
719 a proposição. E sai a decisão da SEMA que pode ser resolução que tem caráter formal e
720 normativo, pode ser uma proposição, que pode ser, se assim entender o pessoal do
721 Jurídico, um decreto, um projeto de lei. Então pode-se fazer uma proposição e
722 encaminhar para outras fóruns como a Casa Civil, que dará o devido encaminhamento.
723 Uma recomendação, quando é alguma coisa mais de caráter técnico, de ajuste de
724 atividade, ou mesmo uma moção que vai ao plenário, que é debatido aqui no plenário.

725 Esse é o papel da câmara temática, isso que nós vamos construir hoje. Reparem
726 que todas as questões que chegarão ao plenário vão passar por uma discussão bem
727 profunda. Geralmente quando chega uma proposição aqui, praticamente já correu
728 campo e vem para vocês fazerem a avaliação final.

729 O Sr. Presidente:- João, neste momento, vou passar a Presidência do Conselho
730 ao Everton, vou estar aqui na sala ao lado por alguns minutos, vou fazer um
731 atendimento a um deputado que está aqui ao lado, estou escutando, mas não estou aqui
732 presente. Passo a Presidência ao Everton.

733

734 (Assume a Presidência do Conselho, o Sr. Everton Luiz da Costa Souza).

735

736 O Sr. Secretário Executivo:- Qual a composição das câmaras temáticas? No
737 Artigo 20, do Regimento Interno, a câmara temática é constituída por oito conselheiros,
738 que não necessariamente são daqui, vai para a instituição e a instituição define, por
739 exemplo, qual câmara temática vai querer. E a pessoa que está mais relacionada com o
740 assunto, que tem conhecimento, por exemplo, de biodiversidade é indicada para fazer
741 parte desta câmara temática. Todos são indicados pelas instituições com direito a voto e
742 claro o seu suplente. São quatro membros natos, quatro de instituições oficiais, um
743 representante das entidades não governamentais ambientalistas, um representante das
744 entidades dos trabalhadores ou das entidades dos segmentos produtivos patronais, um

745 representante das instituições de ensino superior ou Secretário Municipal de Meio
746 Ambiente e um representante das entidades de classe profissional.

747 Cada entidade ou órgão representante poderá participar simultaneamente de duas
748 câmaras temáticas, claro que a de Assuntos Jurídicos também está vinculada a outra,
749 respeitando, claro, um processo de civilidade a ideia e o princípio que cada segmento
750 deverá representar em todas elas.

751 É isso aí. Não sei se vocês têm alguma dúvida, mas vamos abrir a inscrição,
752 Presidente, para as pessoas se inscreverem nas câmaras temáticas que acharem
753 pertinentes. Se alguém tiver alguma dúvida, podemos tentar esclarecer.

754 O Sr. Presidente:- Obrigado, João Batista, pela apresentação esclarecedora do
755 funcionamento do Conselho. O trabalho das câmaras técnicas é muito importante para a
756 assessoria do plenário. Os assuntos têm que ser muito bem debatidos, a importância da
757 participação de cada instituição agora nesta composição para que possamos realmente
758 trazer para o plenário assuntos que venham com a solução muito bem arquitetada no
759 âmbito das câmaras técnicas. Esse é o grande objetivo das câmaras técnicas. E é neste
760 sentido que temos que nos ater para fazermos essa composição, que seja da melhor
761 forma possível, que dê consistência aos assuntos que serão tratados dentro dos quatro
762 principais temas que estão sendo colocados.

763 Está aberta a palavra para considerações a respeito da apresentação do João
764 Batista e aqui agora já teremos a inscrição das instituições que gostariam de participar
765 da composição dessas câmaras técnicas. Quero aproveitar a prerrogativa de estar
766 ocupando a Presidência neste instante e já manifestar, por parte do Instituto Ambiental
767 do Paraná, a intenção de participar da Câmara Técnica de Biodiversidade e de
768 Qualidade Ambiental, além da de Assuntos Jurídicos.

769 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Presidente, poderia
770 suspender a Sessão por cinco minutos para as ONGs se reunirem e decidirem o que vão
771 colocar, quem vai colocar, para fazermos uma discussão entre nós ONGs para saber
772 onde vamos indicar cada uma ali, para que não tenha também contraponto entre as
773 entidades. É melhor as entidades entrarem em um consenso. Poderia suspender por
774 cinco minutos?

775 O Sr. Presidente:- Sim, só gostaria de proporcionar um espaço para que vocês
776 pudessem....

777 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Um espaço reservado
778 para as ONGs conversarem. A gente sai, Presidente. Não precisa, a gente conversa lá
779 fora mesmo.

780 O Sr. Secretário Executivo:- Conselheiro Arthur, vamos aproveitar o momento e
781 fazer o Coffee Break, ok.

782 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Então vamos aproveitar
783 esses quinze minutinhos aí. Obrigado, Presidente.

784

785 (Faz-se o intervalo).

786

787 O Sr. Secretário Executivo:- Senhoras e senhores conselheiros, dando
788 continuidade ao processo de composição das câmaras temáticas para o ano de
789 2018/2019. Já temos alguns encaminhamentos efetuados no Coffee Break, mas ainda
790 temos principalmente dos representantes dos membros natos para preenchimento das
791 suas intenções. Com a presença do Deputado Goura, queremos agradecer imensamente
792 a participação aqui, estando com trinta e dois conselheiros.

793 O Sr. Presidente:- Bom, pessoal, tinha me adiantado um pouco em relação aos
794 anseios do Instituto Ambiental do Paraná em participar das câmaras técnicas, então
795 queria que o IAP fosse inserido na Câmara Técnica de Biodiversidade e na Qualidade
796 Ambiental, já vamos preenchendo as vagas. Evidentemente se houver um número maior
797 de candidato do que vagas, os membros natos vão ter que se ajustar também. E também
798 não está constando aí a de Assuntos Jurídicos, mas o Instituto Ambiental do Paraná
799 também se habilita para a Câmara de Assuntos Jurídicos.

800 A Sra. Conselheira Edneia Ribeiro Allkamin (SEMA):- Boa tarde. Meu nome é
801 Edneia e sou da Assessoria Jurídica da Secretaria. Acho que o Secretário ainda vai fazer
802 essa colocação, mas há entendimento que a gente não nomearia, teria que alterar o
803 Regimento Interno do Conselho para retirar essa questão dos Assuntos Jurídicos. O
804 nosso entendimento é que o Estado pode fazer esse trabalho, não haveria necessidade da
805 Câmara de Assuntos Jurídicos. Mas acredito que ele vai colocar isso ainda, só estou
806 adiantando para deixar mais claro.

807 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Vejo que desde que
808 sejam advogados indicados pela entidade para participar da Câmara de Assuntos
809 Jurídicos, não tem porquê. Estamos no sistema de compliance. Como o próprio
810 governador fala, como o próprio Secretário fala e tantas outras entidades falam, estamos

811 em um sistema de Conselho, é um sistema de participação da sociedade civil e vejo com
812 bom entendimento que as entidades participem sim como representantes, desde que
813 sejam advogados, sejam constituídos na Ordem dos Advogados do Brasil. Temos um
814 representante da OAB aqui. E não vejo problema nenhum outro advogado de outra
815 entidade, com uma visão de entidade, que não é visão do Estado, participar da Câmara
816 de Assuntos Jurídicos. Não tem porque disso! Vejo que é totalmente ao contrário. Nós,
817 como CEDEA, não sei as outras entidades, nos colocamos contrários a esta posição do
818 Departamento Jurídico da SEMA. Eu até gostaria que a OAB se pronunciasse nesse
819 sentido.

820 O Sr. Presidente:- Não vou me manifestar pelo Secretário, pois foi uma decisão
821 tomada pelo Secretário e pela equipe jurídica. Vamos aguardar a vinda dele para fazer
822 as argumentações com relação a esta situação, porque era uma câmara técnica que
823 existia. Vale esta justificativa para os membros do plenário.

824 Poderíamos avançar nessas quatro câmaras técnicas e deixar esse assunto
825 pendente para a manifestação do Secretário. Por favor, Geraldo.

826 O Sr. Conselheiro Geraldo Luiz Farias (SEDU):- Queremos apresentar o nosso
827 posicionamento em relação à Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e também, em
828 função à reforma administrativa, teríamos a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a
829 Cohapar. Conversamos com o Luís Antônio, Diretor Programa e Projetos, vamos
830 colocar dessa forma e se houver membros a mais na câmara, faremos a titularidade por
831 parte da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a suplência deste pela Cohapar.

832 O Sr. Conselheiro Temístocles dos Santos Vital (Sindiseab):- Em duas câmaras,
833 a de Biodiversidade e a de Economia e Meio Ambiente.

834 O Sr. Presidente:- Na verdade o Sindiseab não entra nessa linha.

835 O Sr. Secretário Executivo:- O Sindiseab é junto com a MP, Seman.

836 O Sr. Conselheiro José Luís Scroccaro (Águas Paraná):- O guas Paraná solicita
837 vaga na de Economia e Meio Ambiente e na de Qualidade Ambiental.

838 O Sr. Secretário Executivo:- Só para clarear, Geraldo, vocês querem uma cadeira
839 dividindo SEDU e Cohapar,  isso?

840 O Sr. Conselheiro Geraldo Luiz Farias (SEDU):- A princípio estamos
841 apresentando a candidatura da SEDU e da Cohapar. Em havendo mais membros natos
842 que queiram participar desta câmara, a Cohapar, como acordamos com o Diretor de
843 Programa, passa a ter a suplência da SEDU nesta câmara.

844 O Sr. Conselheiro José Tarciso Fialho (SEAB):- Na de Economia e Meio
845 Ambiente e na de Educação Ambiental.

846 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Uma questão de ordem. (Assentimento).
847 Só para esclarecimento, na penúltima linha, o Sindiseab é realmente nesta categoria?

848 O Sr. Secretário Executivo:- Sim, junto com as instituições de ensino, a
849 Secretaria de Meio Ambiente e a MP.

850 O Sr. Conselheiro Temístocles dos Santos Vital (Sindiseab):- Mas mudou?

851 O Sr. Secretário Executivo:- Regimentalmente está acomodada nesta situação
852 ali.

853 O Sr. Conselheiro Sérgio Tadeu Monteiro de Almeida (SEJUF):- Já podemos
854 nos colocar, Secretário? (Assentimento). Gostaríamos de nos situar na Comissão de
855 Economia e Meio Ambiente e na de Qualidade Ambiental, se fosse possível.

856 O Sr. Conselheiro Gilson Burigo Guimarães (UEPG):- Estamos pleiteando a
857 vaga na de Biodiversidade.

858 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Só uma pergunta, eu
859 fiquei na dúvida em relação no Sindiseab. O Sindicato dos Trabalhadores dentro da
860 categoria das Secretarias Municipais Ambientais, fiquei com esta dúvida regimental e
861 estatutária. Senão vamos fazer encaminhamento para as câmaras técnicas e onde está o
862 Sindiseab não vai avançar. E também me estranha que um sindicato ocupe a vaga que
863 tem basicamente representação das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, que têm
864 obviamente um papel importante político de gestão e de políticas públicas. A gente sabe
865 que aqui na Mesa tem representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da
866 cidade de Curitiba, creio que seria de interesse que os municípios participantes dessas
867 câmaras técnicas, haja vista que a dinâmica ambiental do Estado perpassa os municípios
868 e a atuação e a gestão dentro deste Conselho é de suma importância. Era isso que tinha a
869 comentar. Obrigado.

870 O Sr. Secretário Executivo:- Só para clarearmos, o Juliano fez uma interpelação
871 importante, realmente regimentalmente não consta essa distribuição no regimento. O
872 regimento coloca da forma como está lá, membros natos, ONGs ambientais, entidades
873 trabalhadoras, segmento patronal, Seman, municípios e entidades de classe. O que está
874 sendo colocado realmente faz sentido, pensando eu aqui, porque o sindicato é de
875 trabalhadores. Então, entidades de trabalhares, segmento patronal ou de produtores
876 parece que tem mais afinidade com este tema.

877 O Sr. Conselheiro Helder Rafael Nocko (CREA):- Em anos anteriores o
878 Sindiseab esteve na linha de sindicatos. Então, para a gente manter ao que vem sendo
879 feito nos outros, ainda que não haja uma locação direta no regimento, acho que temos
880 que manter o que vem sendo feito e uma razoabilidade mesmo, sindicato de
881 trabalhadores, o Sindiseab é um sindicato de trabalhadores realmente, ainda que seja do
882 Estado.

883 O Sr. Presidente:- Eu concordo com o Helder, acho que devíamos passar o
884 Sindiseab para a linha de cima mesmo. E depois acho que a sua preocupação vai ser
885 resolvida na medida em que tivermos mais candidatos do que vagas, e o plenário vai
886 tomar a decisão. Então, passe o Sindiseab para o andar de cima, para entidade de
887 trabalhadores.

888 A Sra. Conselheira (Não se identificou):- Como representante dos municípios,
889 estamos aqui Curitiba e Campo Largo, gostaríamos de participar da Câmara Técnica de
890 Qualidade Ambiental.

891 O Sr. Conselheiro Jonathan Dieter (SETI):- Pretendemos participar da Câmara
892 Temática de Educação Ambiental.

893 O Sr. Conselheiro José Luiz Nishihara Pinto (SESA):- Gostaríamos de participar
894 da Câmara Temática de Qualidade Ambiental.

895 O Sr. Conselheiro Fabrício Ferreira (SEEC):- Queremos pleitear vaga na Câmara
896 Temática de Biodiversidade e Educação Ambiental.

897 O Sr. Conselheiro Deputado Goura (ALEP):- Antes de tudo, saudar todos os
898 conselheiros, o Presidente, o Secretário Márcio Nunes, não cabe mais na Qualidade
899 Ambiental, correto?

900 O Sr. Secretário Executivo:- A ALEP também não está como chapa
901 branca, nossos representantes formais de cadeira. Temos que achar um espaço, temos
902 que fazer um debate interno para vermos onde melhor se encaixaria a ALEP.

903 O Sr. Conselheiro Deputado Goura (ALEP):- Onde os conselheiros acharem
904 mais pertinente, mas a princípio, se houver espaço, na Câmara de Biodiversidade e na
905 de Economia, mas também na de Qualidade Ambiental. A gente gostaria de acompanhar
906 os trabalhos, até na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente da
907 Assembleia e mesmo como ouvinte acompanhar os trabalhos das câmaras para subsidiar
908 e qualificar também o trabalho da comissão na Assembleia. Mas o que os senhores e
909 senhoras acharem mais pertinente, estamos à disposição.

910 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Faço uma proposta, Presidente. Como é
911 uma representação parlamentar, colocar como observação em baixo desse quadro, daí o
912 Presidente da Comissão de Meio Ambiente que está aqui presente coloca em qual
913 câmara quer vir como ouvinte. E aí participa como ouvinte, como assessoria
914 parlamentar, assessoria das relações dos temas sociais, socioambientais, enfim. Colocar
915 uma observação embaixo que eles estariam presentes e em todas as reuniões comunicá-
916 los. Colocar embaixo que em todas as reuniões de todas as câmaras comunica a
917 Comissão de Meio Ambiente para que, se tiver interesse, participe dependendo do tema.
918 Não sei se todos os conselheiros estão de acordo.

919 O Sr. Presidente:- Quero fazer um esclarecimento aqui, confirmei com o João
920 Batista, que trago da experiência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e do
921 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Reuniões de câmaras técnicas desses
922 conselhos são abertas e a participação seja do deputado, seja do Sindiseab, seja de
923 qualquer entidade, vocês vão receber frequentemente os comunicados com relação ao
924 cronograma das reuniões e, a partir disso, a participar como ouvinte e tendo voz
925 também. Quero ver se está garantido também no regimento, porque eventualmente se
926 vota alguma coisa em câmaras técnicas, aí sim estaria formando aqui o quadro para se
927 fazer votações. No entanto, toda a instituição que tem representação dentro do Conselho
928 Estadual pode participar da reunião, inclusive tendo voz, porque vamos trazer aqui a
929 valorização da participação de todas as instituições e membros deste Conselho, por
930 conta que nenhum de nós aqui recebe jeton. Estamos todos aqui buscando o melhor
931 objetivo para o meio ambiente do Estado. Portanto, as contribuições que podem ser
932 feitas no âmbito das câmaras técnicas certamente vão ser traduzidas em melhores
933 decisões do plenário. Achei importante esclarecer isso, Deputado Goura.

934 O Sr. Conselheiro Nestor Bragagnolo (SEPL):- Pleiteamos a Câmara de
935 Economia e Meio Ambiente e poderíamos fazer parceria com o Iparde, que é
936 vinculado, dividiríamos esta cadeira.

937 O Sr. Presidente:- Aproveito para devolver a Presidência ao Secretário Márcio
938 Nunes, que voltou para comandar a reunião.

939

940 (Assume a Presidência do Conselho, o Sr. Secretário Márcio Nunes).

941

942 O Sr. Presidente:- Registrar que estou reassumindo a Presidência e registrar que
943 recebi a visita ilustre, está presente conosco aqui, da Promotora Dra. Priscila -

944 Coordenadora do Ministério Público, da Bacia Litorânea. Uma figura da mais alta
945 estirpe do Ministério Público, com participações no interior do Paraná e agora nesta
946 importante região litorânea. Tem feito um brilhante trabalho e em conjunto conosco,
947 procurando buscar o equilíbrio do crescimento, do desenvolvimento, da geração de
948 emprego, geração de renda, cuidado com o meio ambiente, recuperação do meio
949 ambiente. E vamos conseguir! Juntos, provar, Deputado Goura, outra figura ilustre que
950 também convidei para que viesse fazer parte da nossa reunião. Vamos inclusive no dia
951 17, na parte de tarde, e dia 18 o dia todo, podendo traçar uma discussão bastante séria
952 onde temos o Ministério Público, o Governo do Estado e mais algumas organizações
953 não governamentais que estamos chamando para discutir um plano específico para o
954 desenvolvimento sustentável para o litoral.

955 Então, agradecer sua presença, Goura, a presença da Priscilla junto conosco que
956 engrandece muito este nosso fórum. Obrigado.

957 O Sr. Conselheiro Gilson Burigo Guimarães (UEPG):- Lendo o regimento, aqui
958 menciona que o suplente deverá integrar a mesma instituição do conselheiro titular,
959 exceto aqueles que são representantes das entidades não governamentais ou das IES e
960 das Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

961 O Sr. Presidente:- Eu sempre digo que a participação é pelo interesse. Se for
962 preciso mudar alguma coisa regimento interno, a nossa plenária é soberana, colocamos
963 em votação e alteramos o artigo no regimento que precisar. Se tivermos membros natos
964 que quiser fazer parte de alguma câmara temática, acha importante participar de uma
965 câmara técnica, temos que achar a melhor maneira possível para este participar. Estão
966 todos aqui sem ganhar nada, todos estão voluntariamente, então temos que privilegiar as
967 pessoas que querem. Então, se for preciso alterar a redação, colocamos em votação e
968 alteramos o artigo.

969 Já vou pedir ao Secretário João Batista para que faça uma análise se é preciso
970 fazer alguma mudança, convocaremos automaticamente uma sessão extraordinária ao
971 final desta sessão e já faremos a mudança e a alteração necessária. Temos poder para
972 fazer esta alteração e convocar a sessão extraordinária neste momento. É atribuição do
973 Presidente.

974 O Sr. Conselheiro Deputado Goura (ALEP):- Presidente, não ficou claro se a
975 Assembleia Legislativa ocupa algum dos espaços. E é do nosso interesse acompanhar o
976 trabalho de todas as câmaras, mas então a gente não ocuparia um espaço oficial. É isso?
977 Só para esclarecer.

978 O Sr. Presidente:- Veja, Goura, o trabalho de câmara técnica é um trabalho, no
979 meu ponto de vista, dos abnegados. Além desses que estão trabalhando neste Conselho,
980 onde as reuniões são mensais, bimensais ou trimestrais, de acordo com a necessidade
981 das intervenções, o pessoal que trabalha nas câmaras técnicas é realmente quem faz o
982 trabalho de transpiração. É quem vai fazer o trabalho, quem vai estudar e na verdade na
983 câmara técnica os assuntos não resolvidos. Qualquer tipo de divergência é sempre
984 resolvido no plenário e o plenário é soberano. E se alguém se sem. Então, não vejo
985 problema. E na minha visão, como a Assembleia Legislativa é um poder diferente do
986 Poder Executivo, se a Assembleia quiser participar pode participar, inclusive é uma
987 satisfação. Nós precisamos que pessoas venham com boas ideias e que possa nos ajudar,
988 e sei que você gosta de estudar, e até poderia dar uma cutucada nos deputados, para
989 participarem também.

990 O Sr. Conselheiro Deputado Goura:- Obrigado, Presidente.

991 O Sr. Secretário Executivo:- Então, só para esclarecer, Presidente, a questão que
992 talvez não esteja cumprindo regimentalmente, conforme colocou o Conselheiro Burigo,
993 é se fossem duas Secretarias diferentes, por exemplo, SESA e SEJUF. Agora, a
994 Secretaria de Planejamento e o Iparde, como são vinculadas, podem indicar qualquer
995 componente integrante desta equipe. Então, o que está inconforme com o Regimento é o
996 caso da SESA e SEJUS, na Câmara Temática de Qualidade Ambiental e a Águas Paraná
997 e SEAB, que estão disputando uma vaga, que depois podem entrar em acordo,
998 conversarem, para que uma das duas participe.

999 O Sr. Conselheiro Sérgio Roberto Pegoraro (ITCG):- Estamos pleiteando na
1000 Câmara de Economia e Meio Ambiente. (Pausa). Então, sugiro que nos retiremos na
1001 Qualidade Ambiental e permaneçamos somente na Câmara de Economia e Meio
1002 Ambiente.

1003 O Sr. Conselheiro Marcelo Limont (Universidade Positivo):- Boa tarde a todos.
1004 Pleiteamos uma vaga na Câmara de Educação Ambiental.

1005 O Sr. Secretário Executivo:- Somente uma correção que o Conselheiro Tarciso
1006 da Seab fez, a solicitação foi a Seab participando na Câmara de Educação Ambiental e
1007 Economia de Meio Ambiente, saindo da Câmara de Qualidade Ambiental.

1008 A Sra. Conselheira Rafaela da Silva Limons da Cunha (PUC):- Economia e
1009 Meio Ambiente.

1010 O Sr. Secretário Executivo:- Obrigada, Rafaela. Alguém mais se candidata?
1011 (Pausa). Temos a Câmara de Biodiversidade aberta, para governo duas situações.

1012 Temos, então, duas vagas abertas para membros natos na Biodiversidade. (Pausa). Se
1013 não conseguirmos fechar as vagas, enviamos comunicação a todos, porém, antes de
1014 encerrarmos, temos que solucionar a questão da APRE e Sindiseab, na Câmara
1015 Temática de Biodiversidade, e da FAEP e Sindiseab, na Câmara de Economia e Meio
1016 Ambiente, e também SEJUF e ITCG, na Câmara de Economia e Meio Ambiente.

1017 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- No caso específico da
1018 Câmara de Economia e Meio Ambiente, não seria entre SEJUF e ITCG, teríamos que
1019 pegar o conjunto dos cinco e destes cinco, selecionar quatro. Não é um embate, entre
1020 aspás, entre ITCG e SEJUF.

1021 O Sr. Secretário Executivo:- Então, temos essas questões, não sei se
1022 suspendemos a reunião de novo para conversarem em relação a esses membros que
1023 faltam se ajustar.

1024 O Sr. Presidente:- João, posso dar um palpite? (Assentimento). Na Câmara
1025 Economia e Meio Ambiente a Secretaria de Planejamento, o Iparde tem que ficar, até
1026 porque ela não tem nem para onde ir. Quando falamos em Águas Paraná e ITCG, eles
1027 passam ser um órgão só logo ali na frente, o IAT - Instituto Água e Terra. Qualquer um
1028 dos dois, já fica resolvido aí. O Águas vem para a Câmara de Biodiversidade, e aí o
1029 ITC. E agora fica uma posição na Biodiversidade, é isso? Quem se candidata, para
1030 fecharmos? (Pausa). A Seab? Fechou.

1031 O Sr. Secretário Executivo:- Só falta resolver APRE e Sindiseab, e FAEP e
1032 Sindiseab. Esses dois que estão tentando contribuir no espaço.

1033 A Sra. Conselheira (Não se identificou):- Para nós foi uma novidade, então se o
1034 Presidente pudesse nos dar um minutinho para que pudéssemos conversar.

1035 O Sr. Presidente:- Está concedido um minuto.

1036

1037 (É suspensa a reunião).

1038

1039 O Sr. Secretário Executivo:- Pessoal, retomando. Ficou acordado que o
1040 Sindiseab vai participar da Câmara de Economia e Meio Ambiente e a FAEP, como
1041 sempre, vai acompanhar as discussões. O que temos ainda em aberto é a suplência do
1042 CRBio, todos que estão como suplentes um do outro.

1043 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Questão de ordem, Secretário.
1044 (Assentimento). Pelo nosso regimento tem que ter a Câmara Jurídica e foi retirada.
1045 Precisamos votar a Câmara Jurídica.

1046 O Sr. Secretário Executivo:- Sim, esta questão de ordem já estava colocada e a
1047 discussão voltaria, como disse o Presidente Everton, quando o Secretário retomasse para
1048 expor esta questão da Câmara de Assuntos Jurídicos. Estamos fechando essas quatro
1049 que têm ali. Terminado o assunto dessas quatro, vamos passar para este assunto
1050 levantado anteriormente por você mesmo sobre a Câmara Técnica de Assuntos
1051 Jurídicos. Ok?

1052 O Sr. Presidente:- Terminamos a discussão a respeito desses quatro temas, para
1053 que possamos prosseguir a reunião? Ok? Está tudo fechado?

1054 O Sr. Secretário Executivo:- Sim. Dessas câmaras temáticas sim. Temos uma
1055 questão de ordem levantada pelo Conselheiro Arthur que é a questão da Câmara
1056 Temática de Assuntos Jurídicos.

1057 O Sr. Presidente:- Vou responder a questão de ordem agora. Se este tema estiver
1058 finalizado, respondo a questão de ordem. Não temos mais nenhum apontamento a fazer?
1059 Nenhuma dúvida?

1060 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Só um detalhe. Em relação às
1061 suplências das ONGs Ambientais e das instituições de ensino superior e demais,
1062 precisam ser definidas ainda. (Pausa). Não precisa ser definida agora, é isso?

1063 O Sr. Presidente:- João, aí você responde.

1064 O Sr. Secretário Executivo:- Não, não precisa.

1065 O Sr. Presidente:- Segundo o Secretário Executivo não precisa, então damos por
1066 finalizada a composição das quatro câmaras técnicas. E agora vou responder a questão
1067 de ordem sobre a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

1068 Hoje de manhã, quando fizemos a reunião dos detalhes finais para fazermos o
1069 *check list* a respeito desta reunião, quando tratávamos a respeito das câmaras técnicas,
1070 surgiu o assunto da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. E aí houve uma dúvida com
1071 relação ao entendimento o que é uma câmara técnica. Então, biodiversidade é um tema
1072 técnico, economia e meio ambiente é câmara técnica, qualidade ambiental câmara
1073 técnica, educação ambiental câmara técnica, jurídica é meio. Depois que qualquer uma
1074 dessas câmaras fizer o seu trabalho é encaminhado ao jurídico para ver se existe
1075 constitucionalidade e legalidade. O jurídico não interfere em nenhuma das decisões das
1076 câmaras técnicas, porque o jurídico não sobrepõe ao técnico em nenhum momento. O
1077 jurídico faz uma análise jurídica se é legal ou ilegal. Não analisa se é moral, se a lei é
1078 boa ou ruim. Ela não discute tecnicamente. Então, dá parecer quanto à legalidade e à
1079 impessoalidade, e se a lei pode ser implantada na parte formal. Então, é apenas isso.

1080 Estamos discutindo, como falaríamos na CCJ, a questão da constitucionalidade, nada
1081 mais. O jurídico discute a constitucionalidade. Não discute se é bom, se é ruim, se é
1082 ótimo. Não! Só discute se é legal ou ilegal.

1083 Então, queremos separar bem as coisas, tanto é que propus primeiro elegermos
1084 as câmaras técnicas e em um segundo momento, como a reunião de hoje é uma reunião
1085 curto, já são 17h. Então, possamos finalizar e depois discutir com maior tranquilidade
1086 esse tema. Senão, mais uma vez, vamos ter que dispor do dispositivo em convocar uma
1087 extraordinária neste mesmo momento, logo na sequência, como o plenário é soberano, e
1088 vamos discutir se esta câmara técnica deve ser composta hoje ou se pode ser composta
1089 na próxima reunião. Inclusive me comprometo colocar o tema como o primeiro item da
1090 pauta e veríamos se existe a necessidade realmente que seja composta como câmara
1091 técnica ou se os diversos órgãos participantes com as suas expertises se também têm seu
1092 corpo jurídico para que possamos apenas, em nível de Secretaria, fazer uma avaliação
1093 constitucional.

1094 Não quero misturar as coisas, porque sempre valorizo muito à questão jurídica,
1095 mas temos que separar bem as questões jurídica e técnica. São duas coisas bem
1096 diferentes. Tanto é que na Assembleia, quando se faz a elaboração de uma lei, primeiro
1097 tem que se analisar a constitucionalidade. A partir do momento que qualquer uma das
1098 câmaras técnicas tiver um parecer sobre determinados assunto encaminha ao jurídico
1099 para que diga se é legal ou ilegal, e não se é bom ou se é ruim.

1100 Então, se assim for entendido que possamos na próxima discutir este tema, fica
1101 aceito. Se houver uma discordância, infelizmente temos que lançar mão de um
1102 dispositivo legal, convocar uma reunião extraordinária e discutir nessa reunião. Gostaria
1103 com mais tempo, porque como estou aqui no papel de ser o equilibrista, não tenho
1104 vergonha de retroagir em qualquer tipo de situação porque não estou fazendo nada de
1105 errado, estou procurando fazer o melhor de mim, o melhor possível para que as coisas
1106 possam caminhar. Então, se eu estiver errado no entendimento, não tem problema
1107 nenhum em refluir. Mas como esta reunião, que já vem se alongando desde às duas da
1108 tarde, gostaria de ter a possibilidade numa próxima reunião e cada um também já terá
1109 itens específicos para ser discutido, a gente discutir um pouco melhor este tema. Só isso.

1110 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Presidente, uma questão de ordem na
1111 defesa? (Assentimento). Nós temos que seguir o regimento. O regimento foi aprovado
1112 pelo Conselho e nele existe uma Câmara Jurídica. O Estado tem uma visão, pode ser
1113 legalidade como muitas coisas que a Assembleia, por exemplo, a CCJ aprova, chega no

1114 Governo e o Governo reprova porque a Procuradoria entende que é inconstitucional até
1115 para a própria Assembleia.

1116 O Sr. Presidente:- E aqui a mesma coisa.

1117 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Posso terminar, Presidente? Por
1118 gentileza, posso terminar? (Assentimento). Então, se o regimento está dizendo que tem
1119 uma câmara técnica e as entidades aqui representadas, não tem por que não indicarmos
1120 alguém formado em direito, advogado com inscrição na Ordem, não tem por que, nós
1121 podemos indicar. E a questão jurídica também é técnica. É a ciência jurídica. E existe a
1122 hermenêutica jurídica, e dentro da hermenêutica jurídica o Estado tem uma visão e
1123 quanto a hermenêutica jurídica..

1124 O Sr. Presidente:- O senhor tem uma proposta para encaminhar?

1125 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Posso encerrar?

1126 O Sr. Presidente:- A questão é de encaminhamento.

1127 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Posso encerrar, Presidente?

1128 O Sr. Presidente:- A questão é de encaminhamento.

1129 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Eu posso encerrar, Presidente?

1130 O Sr. Presidente:- O senhor encaminhe.

1131 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Estou com a palavra.

1132 O Sr. Presidente:- O senhor encaminhe.

1133 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Presidente, estou com a palavra.

1134 O Sr. Presidente:- Cabe ao senhor encaminhar. Pode cortar o microfone.

1135 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Presidente, estou com a palavra. Tenho
1136 direito a palavra, pela ordem, pelo regimento. Presidente, pelo amor de Deus.

1137 O Sr. Presidente:- Está cortada a palavra.

1138 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Eu gostaria de registrar em Ata o corte
1139 da palavra a um conselheiro. Isso é antidemocrático.

1140 O Sr. Presidente:- A reunião é gravada. E estou perguntando se o senhor quer
1141 encaminhar.

1142 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Eu tenho uma proposta.

1143 O Sr. Presidente:- Não é discurso.

1144 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Eu gostaria que fosse mantido o que
1145 está no regimento deste Conselho. As entidades que estão presentes indiquem os seus
1146 representantes para a Câmara Jurídica, porque a hermenêutica jurídica tem algumas
1147 interpretações. E a hermenêutica jurídica pode ter interpretações tanto para o lado do

1148 Estado como das pessoas que vão participar. É uma questão democrática. A
1149 inconstitucionalidade é uma coisa, mas a interpretação lógica e jurídica pode ter outro
1150 viés jurisprudencial, como acontece no Tribunal de Justiça. Existe câmara que decide de
1151 uma forma...

1152 O Sr. Presidente:- Quero saber o seu encaminhamento.

1153 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Meu encaminhamento é que se
1154 mantenha a Câmara Jurídica.

1155 O Sr. Presidente:- Está bom. Temos um encaminhamento para que seja decidido
1156 na data de hoje a questão da composição da Câmara Temática de Assuntos Jurídicos. E
1157 temos outra proposição para que possamos convocar uma extraordinária logo após esta
1158 Sessão para discutir melhor se deve ser feita ou não a indicação. Ou, então, uma terceira
1159 proposta, como sugeri no começo, para que pudéssemos discutir numa próxima reunião.
1160 Minha proposição, a do Presidente, que possamos discutir numa próxima reunião. Se
1161 tivermos que fazer atropelado, vamos marcar uma extraordinária. Preciso encaminhar
1162 para votação?

1163 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Minha proposta é que se mantenha o
1164 que está no regimento e as entidades indiquem...

1165 O Sr. Presidente:- Nós entendemos, conselheiro. Está entendido.

1166 O Sr. Conselheiro Deputado Goura (ALEP):- Sr. Presidente, se me permite.
1167 (Assentimento). Tendo em vista a presença da OAB, na figura do Dr. Alessandro
1168 Panasolo, se ele pudesse se pronunciar sobre esta temática que diz respeito justamente
1169 ao âmbito jurídico.

1170 O Sr. Conselheiro Alessandro Panasolo (OAB):- Sr. Presidente, agradeço a
1171 oportunidade. Quem me conhece sabe que eu sou uma pessoa que gosta de construir
1172 pontes, de conciliar, de encontrar soluções da melhor maneira possível. Já fui indicado
1173 pela OAB no Conselho em gestões passadas e também fui da Câmara Técnica de
1174 Assuntos Jurídicos. Dialoguei muito com a Dra. Edneia e com outros membros, e
1175 percebemos que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos precisa realmente ser ou
1176 reformulada ou ser encaminhada no sentido que os processos, após análise das câmaras
1177 técnicas, sejam feitos quando se tratar do controle de constitucionalidade e de
1178 legalidade, feito pelo Estado do Paraná. Até porque não conseguimos avançar. É bem
1179 verdade, né Dra. Edineia, nas discussões da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. E
1180 chegou uma altura em que se tornou até inviável porque havia vários processos para ser

1181 encaminhado ao plenário e não eram encaminhados por conta de várias divergências
1182 costas na Câmara de Assuntos Jurídicos.

1183 Então, não quero aqui ser o fiel da balança, e nem é o meu papel enquanto OAB,
1184 sou apenas um dos indicados dos que fazem parte do Conselho. Estou alinhado com a
1185 Dra. Carolina, alinhado com a Dra. Edneia. Se for o caso, evidentemente, de uma
1186 discussão com mais tranquilidade, explicar quais as atribuições da Câmara Técnica de
1187 Assuntos Jurídicos, até para não gerar este conflito, porque nós temos aqui que pensar
1188 para frente, nós temos que construir. Eu sou sempre desse sentido, o da conciliação.
1189 Então, nós chegamos à conclusão, conversando nós três enquanto advogados, não é que
1190 conversamos em separado de outros advogados que estão aqui, mas foi um diálogo no
1191 intervalo, que se fosse tratar de legalidade e de constitucionalidade, é melhor que seja
1192 feita pela Procuradoria Geral do Estado.

1193 Evidentemente que a Dra. Carolina, conversando, colocou-se à disposição para
1194 que não só os advogados conselheiros mas de outras entidades também, possam opinar,
1195 recomendar, discutir, porque o importante é o encaminhamento para que a gente possa
1196 ter, ao mesmo tempo, segurança jurídica e do ponto de vista da parte técnica segurança
1197 para ter uma norma, que seja efetiva e que possa dar continuidade nas atividades do
1198 Estado.

1199 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Dr. Alessandro, o senhor é a favor ou
1200 contra a Câmara Técnica.

1201 O Sr. Conselheiro Alessandro Panasolo (OAB):- Esta discussão se a favor ou
1202 contra...

1203 O Sr. Presidente:- Desculpe-me, conselheiro, não cabe ao senhor fazer
1204 inquirição a ninguém. O senhor se coloque em seu lugar como conselheiro.

1205 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Eu estou no meu lugar.

1206 O Sr. Presidente:- O senhor não está aqui para inquirir ninguém, se é contra ou a
1207 favor. O senhor me desculpe, eu estou no meu lugar e o senhor está no seu... Aqui o
1208 senhor não vai fazer circo. Perdoe-me, aqui não é lugar de circo.

1209 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Não sou palhaço para fazer circo.

1210 O Sr. Presidente:- Exatamente. Aqui o senhor não vai fazer. O senhor baixe a
1211 bola, baixe sua voz porque o senhor está falando muito alto com todos. Estou falando
1212 baixo, estou escutando, agora o senhor não pode inquirir ninguém, nenhum dos meus
1213 conselheiros.

1214 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- O senhor cortou a minha palavra.

1215 O Sr. Presidente:- Não estou aqui para discutir com o senhor. O senhor está
1216 fazendo um papel totalmente equivocados aqui, meu companheiro. O senhor está
1217 questionando a posição de um conselheiro? Isso é posição de gente fazer? Desculpe-me,
1218 aprendi com meu pai e com minha mãe, não é isso.

1219 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Posso pedir desculpas, conselheiro.

1220 O Sr. Presidente:- Aceito. Já aceitei em nome dele também.

1221 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Tudo bem.

1222 O Sr. Conselheiro Alessandro Panasolo (OAB):- Vou lhe responder, não vou me
1223 refutar. Falei, mas vou deixar mais claro. Considerando no período em que estive na
1224 câmara técnico com outros integrantes, em que o período que eu estive não funcionou
1225 adequadamente, na minha opinião, não sei da Procuradoria e da Dra. Edneia, mas na
1226 minha opinião, sou a favor de quando se tratar constitucionalidade e legalidade pode ser
1227 feita pela Procuradoria. E evidentemente quando se tratar de temas técnicos, vou dar um
1228 exemplo: “Ah, vamos usar o marco temporal da Lei da Mata Atlântica ou, por exemplo,
1229 do Código Florestal e assim por diante.” Que foi uma das grandes discussões que não
1230 avançou. É possível, evidentemente, fazermos as nossas manifestações, encaminhar à
1231 Procuradoria e a Procuradoria, no momento em que for apresentar a sua proposta de
1232 parecer de legalidade e constitucionalidade, colocar para apreciação do plenário. Não
1233 podemos criar aqui, perdoe-me, Secretário, minha franqueza, não podemos criar aqui
1234 entraves e ao mesmo tempo de dificultar o andamento.

1235 Eu sou advogado, eu quero ter segurança jurídica, mas também quero que a
1236 coisa funcione, que a coisa ande. As pessoas esperam isso de mim, enquanto advogado
1237 de meus clientes. Então, quero ser honesto aqui, Arthur, jamais sai de casa para fazer
1238 uma ilegalidade ou cometer um ato ilícito. Tenho certeza que nós enquanto advogados,
1239 pelo juramento que a gente tem, enquanto conselheiros que fomos empossados, vamos
1240 trabalhar de forma contínua, vigilante, para que a coisa funcione da melhor maneira
1241 possível, com legalidade e com técnica. Esta é a minha posição. Muito obrigado.
1242 (Palmas).

1243 O Sr. Presidente:- Temos aqui duas proposições, uma para que possamos adiar
1244 esta discussão para discutir com mais profundidade, saber qual a função desta câmara
1245 técnica, se deve ser composta e como deve ser composta e quais tarefas
1246 especificamente, inclusive com regramentos exposto numa resolução. E a outra, que é a
1247 proposta do companheiro do CEDEA, que quer que se cumpra na data de hoje a
1248 nomeação dos integrantes da Câmara de Assuntos Jurídicos. Vou colocar em votação.

1249 Os que forem a favor que se cumpra hoje, sem nenhuma discussão mais aprofundada,
1250 que se manifestem, os que quiserem que possamos discutir numa próxima reunião com
1251 uma discussão mais aprofundada, permaneçam como estão. (Pausa). APROVADO.
1252 Vamos discutir na próxima reunião com mais aprofundamento este assunto.

1253 O Sr. Secretário Executivo:- Dando continuidade na reunião, temos ainda alguns
1254 temas para serem tratados, especificamente em Outros Assuntos. E, em Outros
1255 Assuntos, temos algumas manifestações com relação às moções e solicitação de
1256 requerimento e outros encaminhamentos.

1257 Então, temos aqui uma manifestação subscrita por...

1258 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. Secretário, gostaria de
1259 incluir um comentário sobre Ata da reunião do Conselho de 2017.

1260 O Sr. Secretário Executivo:- Perfeito. Podemos começar por isso, então, e depois
1261 entrar pelas moções, se assim preferirem os senhores conselheiros.

1262 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Considerando esta de 13 de
1263 setembro de 2017, foi a última reunião do Conselho, nas linhas mil e trezentos e trinta e
1264 quatro, mil e trezentos e quarenta e um e mil e trezentos e noventa e sete, o Secretário
1265 de então, fazendo apenas uma recapitulação tinha sido enviado à Secretaria de Meio
1266 Ambiente uma sugestão do Ministério Público para que os licenciamentos municipais
1267 fossem suspensos.

1268 Nessa ocasião, nesta Ata consta isso, o Secretário de Meio Ambiente de então
1269 disse literalmente sobre a suspensão do licenciamento dos municípios e a criação de um
1270 grupo de trabalho para analisar essa sugestão que o Ministério Público tinha dado. E na
1271 linha mil trezentos e noventa e sete, está bem claro que o Secretário afirmou a
1272 suspensão e a criação desse grupo de trabalho.

1273 A pergunta que eu faço, dentro dessa nova estrutura, onde vai residir, onde vai
1274 ser alocado este grupo de trabalho.

1275 O Sr. Secretário Executivo:- Esclarecendo, realmente com essa manifestação,
1276 com essa recomendação do Ministério Público todos os novos processos de licitação de
1277 descentralização, resumidamente falando, não é esse o termo adequado, mas enfim as
1278 solicitações que os municípios pudessem executar as atividades de licenciamento e
1279 fiscalização de impacto local, os novos foram suspensos, todos eles. Inclusive temos lá
1280 parados mais ou menos dez a quinze processos aguardando o desenlace dessa situação.
1281 Foi criado um grupo de trabalho e foram envolvidos os municípios, Ministério Público,
1282 SEMA, IAP, enfim, todas as instituições participaram e foi elaborado uma minuta de

1283 resolução que está praticamente fechada, a Dra. Edneia foi coordenadora, pode
1284 esclarecer um pouco mais, praticamente foi fechada no seu sentido de reformulação e
1285 faltam pequenos detalhes de ajustes para serem avaliada aqui pela plenária. Essa é a
1286 situação. A Dra. Edneia quer complementar alguma coisa? (Não). Então, é esta a
1287 situação.

1288 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Obrigado.

1289 O Sr. Secretário Executivo:- Presidente, posso dar continuidade na reunião?
1290 (Assentimento). Para as manifestações, passo a palavra para o conselheiro do CEDEA,
1291 que entregou à Secretaria Executiva as considerações. Então, com a palavra,
1292 Conselheiro Arthur, conselheiro representante do CEDEA.

1293 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Presidente, Sr.
1294 Secretário, primeiramente dizer que são momentos que a gente tem um embate mas o
1295 embate da construção. Aqui ninguém está se colocando contrário a ninguém. Aqui é um
1296 espaço de construção, um espaço até de formação para que a gente possa implementar
1297 políticas públicas e socioambientais de uma forma coerente.

1298 Eu apresentei um pedido ao Jurídico da SEMA, da atual Secretaria, para
1299 providência em relação ao Colit que tem o processo com o Protocolo 15.667.668-3. O
1300 Colit foi mudado, foi tirada a questão de deliberativo para consultivo, foi encaminhado
1301 porque tem um parecer no jurídico encaminhado pela Assembleia Legislativa para que
1302 desse esse parecer jurídico. Então, eu faço um pedido de informação à Secretaria na
1303 condição de conselheiro.

1304 A outra apresentação é que o CEDEA assinou junto com a Mater Natura, com a
1305 SPVS, com o Sindiseab, com a APRE, acho que o Mater Natura pode fazer esta defesa
1306 referente um regime de urgência. Passo a palavra ao Adriano Wild para fazer a defesa
1307 desse requerimento que foi em conjunto com as entidades.

1308 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Uma proposição de urgência
1309 ao Artigo 58 do Regimento Interno do CEMA sobre o Fundo Estadual do Meio
1310 Ambiente do Estado do Paraná. Projeto de lei que está em trâmite na ALEP.
1311 Encaminhar à Comissão de Ecologia, Meio Ambiente, Proteção aos Animais da
1312 Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o requerimento: “Requer que a proposta de
1313 mudança do Artigo 5, do Fundo Estadual de Meio Ambiente, Lei 12.945/2000 anexo,
1314 ora apresentado pelo Executivo Estadual por Mensagem 20/2019, seja devidamente
1315 apreciada pela Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente desta instância, e neste
1316 sentido requer que o presente PL possa ter colaboração desta Comissão. Justificativa. O

1317 presente objetivo é verificar se a proposta está de acordo com as questões ambientais
1318 defendida por este Conselho Estadual, conforme determina os termos do Artigo 1º,
1319 Inciso III, da Lei 11.352/1996, correspondente ao Decreto 4.447/2001, Artigo 2º,
1320 Parágrafo 4º, que requer que o presente Projeto de Lei passe por apreciação para que se
1321 faça as devidas recomendações ao Legislativo quantos às mudanças das diretrizes do
1322 Fundo Estadual do Meio Ambiente propostos pelo Executivo.” Assinam: CEDEA,
1323 Ademadan e Mater Natura.

1324 O Sr. Presidente:- Estamos recebendo a urgência, só que comunico que esse
1325 projeto de lei, nem imaginava que um dia seria Secretário de Meio Ambiente, esse
1326 projeto de lei é meu em conjunto com Deputado Tião Medeiros. Na época fizemos uma
1327 avaliação e tem muito recurso público que não foi utilizado. Está em conta corrente,
1328 inclusive tem lugar que o Estado está pagando, por exemplo, para a Caixa Econômica
1329 cinquenta mil reais por mês para administrar esse dinheiro, e não conseguimos gastar
1330 esse dinheiro.

1331 Então, este projeto de lei é para justamente adequar, desengessar o fundo de
1332 maneira tal que possamos investir no meio ambiente, dinheiro na conta não melhora o
1333 meio ambiente. O dinheiro fora da conta, fazendo ações ambientais, investindo em
1334 treinamento, capacitação, melhoria da qualidade de vida das pessoas, inclusive a ser
1335 discutido por esse fórum onde será aplicado o dinheiro, aí o dinheiro pode fazer efeito.
1336 Agora dinheiro na conta não resolve a vida de ninguém. Então essa mudança, na época
1337 o Deputado Tião Medeiros e eu fizemos em conjunto, nem imaginava que seria
1338 Secretário, é justamente valorizar as ações do meio ambiente, inclusive falamos sobre
1339 áreas de fundo de vale, temos problema seríssimo de invasão, pessoas morando numa
1340 situação insalubre, de muita dificuldade, situação em colocar água onde precisa, enfim,
1341 são ações finalísticas para que possamos melhorar. Isso tudo será discutido.

1342 Então, vamos acatar, responder, só adianto que seria desonesto da minha parte se
1343 não colocasse para todos os propositores que o autor do projeto de lei sou eu e o
1344 Deputado Tião Medeiros.

1345 O Sr. Conselheiro:- Para uma defesa? (Assentimento). Esse projeto de lei foi
1346 aprovado na Assembleia, chegou Executivo e o Executivo não reconheceu, recusou, a
1347 Procuradoria do Estado mandou não aprovar esse projeto, não reconhecê-lo, porque a
1348 proposta deveria vir do Executivo e não do Legislativo. Então houve uma
1349 inconstitucionalidade, atravessou a competência dos poderes. Aí o Executivo elaborou o
1350 mesmo projeto, mas esse projeto, por exemplo, tem uma questão sobre parques, mas

1351 não define se é parque municipal, se é parquinho da cidade. Não define! Ele tem alguns
1352 problemas técnicos que têm que ser discutido com mais profundidade. Por exemplo, a
1353 questão de trapiche e de outras coisas que não trabalha especificamente, por exemplo,
1354 educação ambiental. Precisa ser melhor elaborado. E não há nada melhor que o
1355 Conselho Estadual de Meio Ambiente para fazer uma proposta de melhoramento desta
1356 lei, vai passar pela Comissão de Meio Ambiente, deputado.

1357 Nós como entidade até anexamos a lei, está ali a lei, e nesse sentido vai passar
1358 pela comissão e o que nós pedimos, deputado, faço esta defesa referente a isso, que este
1359 Conselho, a partir da câmara temática, possa melhorar esta lei, até para ajudar o
1360 Legislativo. E o nosso Conselho tem esta função, por lei e por decreto, para melhorar
1361 questões do Legislativo, como se fosse uma bengala, uma ajuda ao Legislativo.

1362 Então, seria conveniente pedirmos, quando chegar à Comissão de Meio
1363 Ambiente, que este projeto venha ser transmitido para a câmara temática competente e a
1364 câmara temática possa melhorar esse projeto, até para ficar um projeto mais consistente,
1365 um projeto que realmente possa vir ajudar a educação ambiental, possa ajudar questões
1366 onde existam certa incoerência, em alguns pontos, não todos, mas poderia haver uma
1367 melhora. Por isso faço a defesa deste regime de urgência, desse pedido de urgência, das
1368 entidades que aqui estão, porque a gente quer que o projeto seja sustentável, seja
1369 socioambiental. Encerro, Sr. Presidente.

1370 O Sr. Conselheiro Deputado Goura (ALEP):- Sr. Presidente, só para
1371 complementar com o informe. Justamente o projeto que Deputado e Secretário Márcio
1372 menciona, foi vetado e o veto foi mantido no plenário algumas semanas atrás, o novo
1373 projeto veio do Executivo Estadual, já passou na CCJ e chegou na Comissão de Meio
1374 Ambiente. A gente ainda não distribuiu o projeto para a relatoria, então é o momento
1375 justamente da Comissão, como tenho feito nas reuniões da Comissão a escuta, a
1376 discussão, então da nossa parte com certeza isso será feito.

1377 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. Presidente, uma
1378 perguntinha. Até então, até a legislação anterior, o fundo era administrado pelo IAP.
1379 Continua sendo até hoje, né? Porque não houve uma mudança legal na administração
1380 desse fundo, correto?

1381 O Sr. Presidente:- Correto.

1382 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Então, minha sugestão, seria
1383 que na próxima reunião o IAP fizesse uma apresentação de como está este fundo. No
1384 site ele está defasado. Agradeço.

1385 O Sr. Presidente:- Aceita a sugestão. Claro que os poderes são independentes, o
1386 Governo de Estado, em cima do nosso projeto de lei como explanou bem o CEDEA,
1387 porque não é uma questão se o nosso projeto era bom ou ruim, era inconstitucional.
1388 Então, o Governo fez o projeto de lei, encaminhou do Poder Executivo para o
1389 Legislativo, como se está falando em receita o recurso não pode sair do Legislativo para
1390 o Executivo e sim do Executivo para o Legislativo. Então, o projeto voltou, passou pela
1391 CCJ, vai passar por todas as comissões, e aqui como temos o Deputado Goura, inclusive
1392 é meu companheiro, e se ele desejar que o Conselho seja ouvido, o Conselho será
1393 ouvido porque são poderes independentes. Não tem como nenhum Conselho e nenhum
1394 poder se sobrepujar.

1395 Agora, tenho certeza que o Goura como é uma pessoa que quer fazer o melhor
1396 possível, vai ouvir o Conselho e se ele resolver que a câmara técnica se reúna, mas
1397 como sou o autor fica difícil eu fazer uma defesa. Simplesmente todas as ações
1398 ambientais são contempladas, inclusive com uma amplitude um pouco maior, para
1399 aplicar o dinheiro e não deixá-lo na conta. Tudo o que a gente precisa fazer não pode
1400 porque precisamos mexer na legislação. Por isso que eu sempre digo que a lei serve para
1401 melhorar a vida das pessoas e não para piorar. Se ela tiver piorando, a gente muda a lei.
1402 Tanto é que é nesse sentido que o governo está fazendo a mudança, porque até hoje
1403 infelizmente não funcionou. Então, como o governo acha que pode funcionar melhor, o
1404 governo está encaminhando o projeto de lei, mas isso será debatido em nível de
1405 assembleia e com uma ampla discussão.

1406 Faço uma consulta ao João Batista se o Everton pode assumir o meu lugar, na
1407 falta do Rasca, ou se você mesmo assume como Secretário.

1408 O Sr. Secretário Executivo:- Não, não sou conselheiro, sou Secretária Executivo.
1409 O plenário tem que escolher alguém para presidir a Sessão.

1410 O Sr. Presidente:- Tenho a proposta que o Everton possa conduzir a reunião,
1411 inclusive fica muito melhor dirigido do que por mim, porque sou meio esquentadinho,
1412 às vezes, já peço de antemão desculpas pela discussão acalorada. Se é no campo das
1413 ideias...

1414 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Também peço minhas desculpas,
1415 Presidente.

1416 O Sr. Presidente:- Tenho certeza que sempre é isso. Na frente, cara a cara, o
1417 homem e mulher, o ser humano age dessa forma, e se eu me exaltar me desculpe.
1418 Sempre vou procurar ser o mais correto possível. Eu peço que não...

1419 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Só peço que não corte mais a palavra.

1420 O Sr. Presidente:- Não só a sua, de qualquer um. Está aqui o Adriano que é meu
1421 amigo há muito tempo. Ele queria discutir a ata, não podia discutir. Ele é um dos meus
1422 maiores amigos, o conheço há muito tempo, só que infelizmente não podia. Ele queria
1423 fazer um discurso em cima da ata. Eu sei que meu papel é chato, às vezes. Mas já
1424 pedimos desculpas.

1425 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Quero pedir uma
1426 questão de ordem. Se aprovamos esse pedido de urgência, até perguntaria ao Deputado
1427 Goura, se já o pedido adiantamos aqui ou a comissão pede para nós. O que o senhor
1428 acha melhor, deputado? Porque aí a gente já adianta o feito.

1429 O Sr. Conselheiro Deputado Goura (ALEP):- Vou pedir desculpa, porque eu
1430 tenho que sair, Conselheiro Arthur, mas acho que seria de bom então a comissão receber
1431 esse pedido por parte do Conselho.

1432 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Da comissão mesmo,
1433 vocês receberem o pedido de urgência e aí vocês mandam para nós.

1434 O Sr. Conselheiro Deputado Goura (ALEP):- Sim, porque o projeto não tem
1435 relatoria distribuída. Ele acabou de chegar na comissão, então a gente tem esse tempo
1436 para fazer a análise e fazer as discussões que forem necessárias.

1437 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Obrigado, deputado.

1438 O Sr. Presidente:- Então, coloco em discussão. A aprovação é do CEDEA para
1439 que o Conselho encaminhe em regime de urgência para a Assembleia Legislativa para
1440 que o Conselho seja ouvido e consulte a câmara técnica. Claro que a decisão é depois do
1441 Goura. Então, aqueles que concordarem com esse caminhar permaneçam como
1442 estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADO o encaminhamento em
1443 regimento interno. Viu como sou justo? Quando a ideia é boa estamos sempre juntos.

1444 Um abraço, muito obrigado, fiquem com Deus!

1445 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Rapidamente, Presidente, desculpa
1446 cortá-lo, fui incumbido desse pedido, vamos ter um evento agora, começa na quinta-
1447 feira. É o primeiro seminário “Conhecendo o Parque Nacional dos Campos Gerais”.
1448 Teremos atividades nesta quinta-feira, na quarta-feira seguinte, ou seja, dias 13, 19 e 25,
1449 onde serão discutidos e apresentados os temas que sustentam a importância da
1450 existência do Parque Nacional dos Campos Gerais e foi solicitado que o Conselho fosse
1451 convidado a participar do evento na figura do Sr. Presidente. Por isso, neste momento,

1452 gostaria de deixar este cartaz que tem a programação do evento, será encaminhado
1453 formalmente por e-mail, mas para que o senhor esteja ciente da existência desse evento.

1454 O Sr. Presidente:- E gosto de participar. Quando tiver outros eventos comunique
1455 com um pouquinho de antecedência, eu me preparo. Sou Secretário de quatro pastas.
1456 Estou saindo agora para acompanhar uma agenda do Turismo em Foz do Iguaçu e na
1457 quinta-feira estarei acompanhando o roteiro de regularização fundiária, que também está
1458 na nossa Secretaria. Peço desculpas, não vou conseguir comparecer, mas vou ver se
1459 consigo encaminhar algum representante. Obrigado.

1460 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Mas são três datas, uma nesta semana,
1461 na semana que vem e na seguinte.

1462 O Sr. Presidente:- Vamos ver se numa dessa a gente está junto, está bom?!

1463 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (Arayara):- Serei bem breve e
1464 agradeço a quebra de protocolo. Senhores conselheiros, hoje é um dia de festa para o
1465 Estado do Paraná e para os quatro milhões e meio de paranaenses que foram protegidos
1466 pelo modelo de exploração do gás de Xisto do fraturamento hidráulico.

1467 Eu sou um dos técnicos, a gente fundou a Equalização Não Fracking Brasil e
1468 levamos à comissão da qual o nosso Secretário de Meio Ambiente, na época deputado,
1469 foi junto conosco na Argentina, são centenas de cooperativas agrícolas, sindicatos rurais
1470 de trabalhadores e patronais, cento e vinte e três câmaras municipais da qual visitamos
1471 em todo o Estado e aprovaram uma legislação municipal restringindo a questão da
1472 fracking. Nós tínhamos aí, apresentado pelo Márcio, pelo Rasca, pela Cristina e outros
1473 deputados, o projeto de lei e daí a lei, que gerou a moratória por dez anos no nosso
1474 Estado, com muito cuidado pela saúde e pela água, pela terra, pela produção agrícola,
1475 pelo meio ambiente. E agora nós temos um novo momento na Assembleia Legislativa
1476 onde se cria um marco da construção de diversos setores. Gostei muito de uma fala do
1477 nosso Secretário, Presidente desta Mesa, que falou sobre a questão do equilíbrio.

1478 Equilíbrio se faz com todas as partes, quando nós temos a presença da sociedade
1479 civil, quando nós temos a intenção do Estado na defesa de seus cidadãos, onde nós
1480 temos a produção, onde nós temos o emprego, onde nós temos renda, onde temos o
1481 meio ambiente e tudo isso em um desenho de construção e na defesa dos nossos
1482 cidadãos, a gente fica aqui registrando para os senhores, para os nossos conselheiros,
1483 neste momento histórico, da qual o Estado do Paraná dá na defesa dos seus cidadãos e
1484 gostaria de pedir para que este Conselho remeta uma moção ao nosso governador do

1485 Estado para que venha fazer o sancionamento desta lei que foi aprovada ontem em
1486 segunda votação, hoje em votação simbólica.

1487 O Deputado Márcio, Secretário e Presidente, participou dessa construção, a
1488 sociedade civil, foram mais de trezentos mil voluntários, são mais mil e quinhentos
1489 vereadores do qual construímos juntos. Isso significa, senhores, cidadania plena, isso
1490 significa a capacidade de uma sociedade que dialoga e que constrói o interesse de todos
1491 nós. Então, pedimos para que este Conselho aprove esta moção de reconhecimento da
1492 Assembleia Legislativa, pelo seu dever cidadão de cumprir aquilo que nós cidadãos
1493 quisemos, tanto dos deputados que apresentaram e aprovar a lei no mandato anterior, da
1494 moratória, como agora da proibição. E vamos pedir para que o nosso Governador
1495 Ratinho Júnior venha aprovar e sancionar, porque é o que nós queremos. Era isso o que
1496 eu queria falar para vocês. Muito obrigado.

1497 O Sr. Presidente:- Muito obrigado. Aqueles que concordam com a proposta
1498 permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. APROVADO.

1499 Muito obrigado, fiquem com Deus. (Palmas).

1500

1501 (Assume a Presidência do Conselho, o Sr. Everton Luiz da Costa Souza).

1502

1503 O Sr. Presidente:- Senhores e senhoras, vamos dar prosseguimento à nossa
1504 reunião. Esgotamos a Ordem do Dia no que diz respeito a outros Assuntos, passamos ao
1505 último item da pauta que é a Tribuna Livre.

1506 Gostaria de usar a prerrogativa de estar ocupando esta Presidência por escolha
1507 de vocês, vocês fizeram esta escolha, agradeço, e queria iniciar a Tribuna Livre pois
1508 estou inscrito também, certamente não seria o primeiro, mas gostaria de me expressar
1509 neste momento.

1510 Para mim profissionalmente tenho vivido momentos muito importantes. E hoje,
1511 na minha primeira reunião do CEMA, sempre fui integrante do Conselho Estadual de
1512 Recursos Hídricos, estou tendo a oportunidade de presidir o CEMA. Então, queria
1513 manifestar o meu orgulho de estar fazendo parte deste Conselho, na figura do Geraldo -
1514 posso dizer que é um pré-histórico? Não, né! Mas na figura do Geraldo que estava lá,
1515 um decano, sou geólogo gosto de usar esta expressão da pré-história, e também na
1516 figura do João Batista, evidentemente muitos dos senhores e das senhoras já ocuparam
1517 esta posição de conselheiro, queria aqui manifestar a importância realmente histórica
1518 desta centésima reunião. Então, aqui manifestar uma homenagem a toda a construção

1519 que vocês fizeram, que este plenária fez, porque se hoje o Estado do Paraná está munido
1520 de instrumentos legais que proporcionam uma gestão ambiental adequada, isso foi
1521 muito construído por conta deste Conselho Estadual. Então, queria aqui render uma
1522 homenagem a este Conselho, manifestar novamente meu orgulho para estar fazendo
1523 parte dele, na minha primeira reunião. Gostaria de expressar isso muito abertamente
1524 realmente da emoção e do orgulho de estar aqui com vocês todos. E queria, por esse
1525 trabalho e por esta centésima reunião, uma salva de palmas para todos nós, inclusive os
1526 novos que estão tomando posse hoje como eu. (Palmas).

1527 Na sequência, já usei da minha prorrogação, vou passar a palavra ao João Batista
1528 para dar prosseguimento à Tribuna Livre.

1529 O Sr. Secretário Executivo:- Dando abertura na Tribuna Livre, temos quinze
1530 minutos para dividir entre sete inscritos, dá algo de dois minutos e pouquinho para cada
1531 um.

1532 Como primeiro inscrito, com a palavra Adriano Wild.

1533 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Adriano, só um minutinho. Secretário,
1534 as moções são após a Tribuna Livre?

1535 O Sr. Secretário Executivo:- Não foi essa que foi apresentada agora?

1536 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Temos uma moção do Parque Nacional
1537 que não foi apresentada. Por isso quero pedir e até prefiro que o Conselheiro Burigo
1538 faça a leitura da moção.

1539 O Sr. Secretário Executivo:- Bom, eu tinha entendido que este assunto já havia
1540 sido vencido.

1541 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Não, esta moção do Parque Nacional
1542 dos Campos Gerais não foi aprovada. Ela foi discutida com a Universidade Estadual de
1543 Ponta Grossa e foi discutida com as demais entidades, até com a Cáritas Brasileira.
1544 Gostaria de deixar aqui consignado em ata que a Cáritas Brasileira, junto com a Diocese
1545 de Ponta Grossa junto com a Universidade de Ponta Grossa, junto com o GRUP e
1546 demais identidades de Ponta Grossa estão muito preocupados com a questão de
1547 extinguir o Parque Nacional dos Campos Gerais.

1548 Então, gostaria que o Professor Búrigo lesse esta moção, foi construída com
1549 todas as entidades e que seria de bom grado para a aprovação dela.

1550 O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer Júnior (APRE):- Acho que está tendo um
1551 equívoco aí, porque não é o parque ser extinguido é o parque ser revisto.

1552 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Sim, é revisto.

1553 O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer Júnior (APRE):- É revisto, não é extinguido,
1554 que isso fique bem claro.

1555 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Mas tem o notícia da deputada que pede
1556 extinção do decreto.

1557 O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer Júnior (APRE):- O Ministro de Meio
1558 Ambiente pediu para ser revisto, mais uma vez, que fique claro, não é extinto.

1559 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Sim, o Ministério está vendo como
1560 revisto, mas o ofício encaminhado ao Ministério de Meio Ambiente, que os
1561 conselheiros podem ter acesso, pede a extinção do decreto.

1562 O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer Júnior (APRE):- Extinção do decreto porque
1563 foi feita de forma errada.

1564 O Sr. Secretário Executivo:- Por favor, sempre quando falarem declinem o
1565 nome, senão a gente perde, não sabemos quem falou o quê, depois o Adriano vai puxar
1566 a nossa orelha.

1567 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Concordo com o senhor, mas o
1568 problema são os termos que foram encaminhados.

1569 O Sr. Secretário Executivo:- Vamos ler a moção, daí discutimos sobre ela.

1570 O Sr. Conselheiro Gilson Burigo Guimarães:- Então, o texto aqui está intitulado
1571 como moção de repúdio contra a redução do Parque Nacional dos Campos Gerais,
1572 datado de 10 de junho de 2019. “Nós, na condição de conselheiros deste órgão,
1573 colegiado do Meio Ambiente do Estado do Paraná, repudiamos veementemente a
1574 intenção do Ministério de Meio Ambiente cancelar o decreto do Parque Nacional dos
1575 Campos Gerais que protege biomas ameaçados como Mata Atlântica e cerrado com
1576 depressão periférica do Planalto Meridional, sendo classificadas como campos naturais,
1577 por consequência coloca em risco à biodiversidade nacional. A proposta que está em
1578 trâmite fere os princípios constitucionais em defesa do bem coletivo como reserva de
1579 água potável de toda a região, flora e fauna. A presente moção apoia integralmente as
1580 entidades em prol das iniciativas técnico-científicas e pesquisadores e estudiosos das
1581 universidades, ONGs, fundações, sindicatos, movimentos populares e ativistas
1582 ambientais. Se caso a iniciativa prosperar, colocará em grau máximo de risco as
1583 nascentes de rios importantes do Estado do Paraná e São Paulo. Esperamos que a
1584 proposição supracitada e anexa não vingue no qual poderá trazer prejuízos à qualidade
1585 de vida dos paranaenses. Contudo, nos posicionamos contrários a intenção de extinção
1586 do decreto de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais. Por toda interpretação

1587 racional em defesa do meio ambiente, a mesma não deve avançar. Esperamos uma
1588 posição contrária das autoridades responsáveis dos órgãos federal e estadual.”

1589 Acompanha uma justificativa, descrevendo a característica da área e também os
1590 documentos que embasaram a solicitação ao Ministério de Meio Ambiente para revisão
1591 da unidade de conservação federal.

1592 O Sr. Presidente:- Surpreende-me um pouco esta forma da apresentação das
1593 moções, os conselheiros não terem tido a oportunidade de terem recebido essas moções
1594 antecipadamente. São decisões extremamente importantes, moções são manifestações
1595 que representam a nossa opinião, de todos nós, e nós tomarmos decisões no calor da
1596 reunião, acho extremamente perigoso, independente do assunto, Professor.
1597 Independente do assunto. Queria aqui manifestar a necessidade que aqui estou vendo e
1598 estava discutindo com João Batista, de fazermos uma revisão no nosso regimento. Esta
1599 oportunidade de termos esta moção, e não sei se vai ser aprovada ou não, estou aqui
1600 colocando o que eu entendo que seria ideal.

1601 Agora moções, qualquer manifestação pública que vai representar a ideia plural,
1602 temos que tomar esse cuidado para que as pessoas possam antecipadamente, que os
1603 conselheiros possam antecipadamente ter acesso a este conteúdo para que a
1604 manifestação seja a mais segura, a mais cristalina possível.

1605 Nós não temos a oportunidade de fazer essa análise agora. Obrigatoriamente, por
1606 conta do regimento, temos que submeter essa moção ao plenário, mas gostaria agora de
1607 abrir a palavra, evidentemente que o professor, ao apresentar a moção, está defendendo
1608 que a moção seja aprovada, aos conselheiros se querem se manifestar a respeito da
1609 moção, neste curto espaço de tempo que temos para analisar.

1610 O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer Júnior (APRE):- Eu não sei se cabe ao
1611 CEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente, colocar em questão um parque que é
1612 nacional. O Ministro de Meio Ambiente pediu para rever isso e, no meu entendimento,
1613 não é aqui que vamos discutir ou opinar se isso está certo ou errado. E concordo com
1614 Everton que a gente teria que ter percebido isso antes para análise, porque, além de a
1615 gente ser conselheiro aqui dentro do CEMA, todos nós estamos representando uma
1616 instituição. Não é só a nossa ideia que vale e sim da instituição como um todo.

1617 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Só colocando que o Parque Nacional
1618 faz divisa com a APA da Escarpa Devoniana e que Assembleia Legislativa já arquivou
1619 esse processo por várias manifestações, o Professor Burigo participou das questões

1620 técnicas, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Universidade Federal, enfim,
1621 vários técnicos fizeram um levantamento técnico que também abrange a área do parque.

1622 Então, temos que entender que a água do Rio Tibagi, pode me corrigir,
1623 professor, e de outros rios...

1624 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- As Bacias do Rio Tibagi e Rio Ribeira.

1625 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- ...e do Rio Ribeira que fazem parte do
1626 Parque Nacional e da APA da Escarpa Devoniana que fornece água para cidade de
1627 Ponta Grossa até a cidade de Curitiba, que vai ser captada depois mais tarde do Rio
1628 Ribeira. Então, qualquer afeto que tiver nessa área de proteção ambiental de certa
1629 forma.... A gente não está repudiando o Ministério por isso, nós estamos alertando, é um
1630 repúdio alertando o Ministério que com isso, a justificativa que a universidade fez, que
1631 os técnicos fizeram, estão colocando que se tiver a diminuição deste parque ou a
1632 retirada desse parque vai afetar a qualidade da água. Por isso a CNBB, a Cáritas
1633 Brasileira, a Diocese de Ponta Grossa, a própria Câmara Municipal de Ponta Grossa já
1634 se colocou com nota de repúdio também, dizendo se o parque for diminuído afetará a
1635 APA da Escarpa Devoniana, e os deputados já se convenceram que não tem que fazer a
1636 redução dela, afeta de forma geral a água porque as nascentes do rio nascem nos
1637 Campos Gerais. E são campos naturais de absorção de água que traz água para os rios.

1638 Então é só uma nota para alerta, não é uma nota repudiando se vai ou não
1639 acontecer. É repúdio de alerta dizendo que se acontecer isso vai ter problema na água. E
1640 vai ter problema na água! É isso que nós queremos colocar.

1641 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Só gostaria de fazer uma emenda aqui,
1642 Álvaro, que esta é uma unidade de conservação que está 100% circunscrita ao território
1643 paranaense. Então o que quer que aconteça com ela para o bem ou para o mal,
1644 diminuição, manutenção ou ampliação é um tema que é relevante de ser discutido neste
1645 Conselho. Não vejo como algo que esteja ferindo o objeto de atenção do Conselho.

1646 O Sr. Presidente:- Álvaro, você foi citado, mas tenho a Carla inscrita, você já
1647 volta.

1648 A Sra. Conselheira Carla Beck (FAEP):- Concordo plenamente com a APRE e
1649 concordo também com o Presidente do IAP, temos que verificar, ler, e concordo
1650 também com o Gilson, temos eu ler primeiro para depois podermos dar qualquer tipo de
1651 manifestação. Uma vez que ficamos sabendo desta moção agora aqui, fica muito difícil
1652 fazer qualquer tipo de avaliação, até mesmo porque, como a própria APRE falou, nós
1653 representamos entidades. Então, precisamos trazer para discutir nas atividades.

1654 O Sr. Presidente:- Antes de passar a palavra para o Álvaro e temos também o
1655 Geraldo farias aqui inscrito, entendo que é o ambiente para se fazer moções para
1656 qualquer assunto que diga respeito ao meio ambiente. Realmente esse não é o nosso
1657 problema. Agora, por exemplo, vamos imaginar que esta moção hoje seja repudiada,
1658 seja negada. Primeiro vamos entender como isso vai acontecer. Isso pode voltar na
1659 próxima reunião? Temos que ter entendimento no regimento de como isso funciona,
1660 porque esta forma de se colocar as moções de pronto, no momento da reunião, causa um
1661 problema para nós e devemos avaliar isso na sequência para o nosso regimento interno.
1662 Por favor, Álvaro.

1663 O Sr. Conselheiro Álvaro Scheffer Júnior (APRE):- Eu acho que primeiro temos
1664 que ler esta moção. Concordo que o parque está inteiro dentro do Estado do Paraná, não
1665 concordo com a extinção do parque, mas sim como uma remodelação do parque e
1666 mudar o tipo de unidade de conservação e isso é a base da proposta da mudança. Não é
1667 nem a extinção, mas sim a mudança do tipo de unidade de conservação. Esse é um tema
1668 que já falamos bastante até dentro da APRE. Até por uma economia da União não fazer
1669 a desapropriação e sim mudar o título de unidade de conservação, movimento natural,
1670 movimento lógico e não ter a desapropriação. Acho que a base do que foi pedido é mais
1671 nesta linha do que o da extinção.

1672 Então acho que vale a pena lermos e de repente voltar em outro momento a
1673 discutir com mais profundidade.

1674 O Sr. Presidente:- O Geraldo está inscrito e na sequência o Arthur.

1675 O Sr. Conselheiro Geraldo Luiz Farias (SEDU):- Você até me roubou a fala ao
1676 dizer que a apresentação dessas moções deve ter uma revisão dentro do regimento. E
1677 como a gente está assumindo o Conselho agora, só gostaria de confirmar se o regimento
1678 do Conselho está na página do Conselho na internet para que possamos ter um
1679 conhecimento mais amplo, até para quem está assumido hoje pela primeira vez. E acho
1680 que esse aspecto de fazer a leitura de uma moção em que a representatividade de um
1681 Conselho que está, e eu entendo quando você fala do orgulho, Everton, chegando em
1682 sua centésima reunião, é muito perigoso para a própria credibilidade do Conselho.
1683 Temos que ter sim consciência e certeza do que estamos votando, nem que este assunto
1684 tenha que passar em mais de uma reunião, mas temos que ter certeza e clareza. Até
1685 levando em consideração o que a colega colocou, estamos aqui representando
1686 instituições e temos a ela que nos reportar e trazer a reportagem dela.

1687 Então, se valer como sugestão, João, que seja previsto um prazo em termos de
1688 moções e, a partir do momento que sejam apresentadas, a partir do momento que
1689 existam moções a serem apresentadas, que seja aberto um espaço na pauta de dez ou
1690 quinze minutos para apresentação de moções para que haja uniformidade de
1691 conhecimento da causa que está sendo apresentada.

1692 O Sr. Presidente:- Antes de passar a palavra para o Arthur e depois para Carla,
1693 que está inscrita também...

1694 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Estou preocupado com a
1695 Tribuna Livre, já são seis horas da tarde.

1696 O Sr. Presidente:- Mas acho que a discussão é válida, né, Adriano.

1697 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- É muito válida.

1698 O Sr. Presidente:- Quem sabe cheguemos a uma conclusão muito importante,
1699 porque me pareceu um tanto quanto insegura, por exemplo, a questão da composição
1700 das câmaras técnicas também. Acho que é um processo que deve ser melhor explicado
1701 no regimento. Nós ficamos em dúvida aqui, todos ficamos em dúvida com relação ao
1702 posicionamento, por exemplo, do Sindiseab. Estamos verificando aqui, Adriano, uma
1703 coisa maior do que discutir se vamos aprovar a moção de repúdio ou não dessa questão
1704 da iniciativa do Parque Nacional. Acho que poderíamos pensar em organizar um grupo
1705 para revisar o seu nosso Regimento Interno. A Carla está inscrita.

1706 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Uma questão de ordem. Posso ler o que
1707 diz no regimento, porque aí soluciona...

1708 O Sr. Presidente:- O regimento para mim é claro que permite.

1709 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- É que diz que não havendo tempo hábil
1710 para fazê-lo pode ser encaminhado para a reunião subsequente.

1711 O Sr. Presidente:- Eu nem queria chegar nisso para não forçar quem está fazendo
1712 a proposta de moção para que isso acontecesse, mas eu ia até sugerir porque existe um
1713 risco até da moção não ser aprovada pela falta de conhecimento dos conselheiros.
1714 Arthur.

1715 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur da Conceição (CEDEA):- Como essa moção vem
1716 por várias entidades e nós representamos aqui várias entidades, já que esta moção já está
1717 aqui, já está em andamento bem acelerado no Ministério do Meio Ambiente e nossa
1718 próxima reunião não sabemos quando vai acontecer, peço uma pausa de uns dez
1719 minutos, deixamos à disposição a moção para as entidades darem uma olhada e
1720 colocamos em votação. Se perder, perdeu, fazer o quê? É uma consequência. Levamos

1721 às entidades que nós perdemos. Ué, fazer o quê? É um risco que a gente corre. A gente
1722 leva para as entidades, eu levo para a CNBB, lá eles levam para o Bispo, eles levam
1723 para as entidades, levamos para os nossos sindicatos, enfim, levamos para as entidades.

1724 Viemos aqui porque tivemos uma reunião com as entidades para trazer esta
1725 moção. Não sabíamos que ia causar tanta discussão, porque a gente achava que uma
1726 questão do parque, tal e tal. Mas tudo bem, a gente corre o risco. Temos que dizer para
1727 as entidades que a gente corre risco.

1728 Então, peço dez minutos, as pessoas dão uma olhada, vê se tem condições de
1729 votar ou não, e se não passar fazer o quê. Levamos para as entidades e vamos para
1730 frente. É um risco que a gente corre, é democrático.

1731 O Sr. Presidente:- Gostaria de passar sua proposta do tempo, que a gente
1732 colocasse à aprovação do plenário, porque de repente o plenário está se sentindo à
1733 vontade de votar também, a favor ou contra. Então, talvez a gente não precise desses
1734 dez minutos.

1735 A Sra. Conselheira Carla Beck (FAEP):- É um assunto bastante importante, acho
1736 que você deveria ser inclusive pauta do Conselho, porque muitos integrantes do
1737 Conselho, conselheiros não têm conhecimento sobre esse assunto na íntegra. Então
1738 creio que seria interessante vir uma pauta no Conselho para discutir porque seria bem
1739 mais fácil tomar uma decisão. Já estamos com um quórum bem diminuído, já tivemos
1740 muitas pessoas que saíram, então vejo como não interessante esta votação agora.

1741 O Sr. Presidente:- Gostaria de colocar em votação se os conselheiros se sentem a
1742 vontade de fazermos a votação agora, ou se querem ler a moção. Pelo regimento temos
1743 que colocar em votação a moção, para mim está claro isso, apesar de não concordar.
1744 Está claro e temos que cumprir o regimento. Agora, precisamos de um tempo? Os
1745 conselheiros que acham que necessitamos de um tempo, dez minutos, para uma leitura
1746 mais aprofundada para tomarmos uma decisão, que se manifestem. (Pausa). Não houve
1747 manifestação. Então, agora gostaria de colocar em votação a moção de repúdio
1748 apresentada pelas entidades para que possamos nos manifestar aqui agora. O Professor
1749 Burigo mantém a posição de apresentar a moção? (Assentimento). Então os
1750 conselheiros que forem favoráveis à moção que se manifestem, por favor. (Pausa).
1751 Temos nove conselheiros favoráveis à moção. Os conselheiros contrários à moção que
1752 se manifestem. (Pausa). Então a moção não foi aprovada pelo plenário.

1753 Vamos pensar numa solução que satisfaça a todos. Pelo regimento nada tem
1754 contra a apresentação novamente desta moção. Nada contra. Então, que esteja na

1755 documentação da próxima reunião que possamos encaminhar aos conselheiros, e aí
1756 teremos certamente uma posição que seria bem pensada pelas entidades que estão aqui
1757 representadas pelos conselheiros.

1758 O Sr. Conselheiro (Não se identificou):- Então, vou colocar o seguinte,
1759 Presidente, em primeiro turno foi reprovada. Vamos colocar assim: primeiro turno foi
1760 reprovada, e o próprio Presidente está colocando que ele vai colocar como segunda
1761 votação.

1762 O Sr. Presidente:- Não, nada disso. A proposta de moção foi apresentada pelas
1763 entidades. Esta proposta de moção foi reprovada. Agora cabe aqui alertar que o
1764 Regimento Interno permite que numa próxima reunião esta moção possa ser
1765 reapresentada. Na verdade quando comecei a minha linha de raciocínio aqui eu
1766 imaginava que isso pudesse acontecer, e achava que isso deveria ser conduzido para a
1767 próxima reunião, com os conselheiros recebendo essa moça antecipadamente, fazendo
1768 uma análise crítica, apresentando às suas entidades que estão aqui representadas. Na
1769 verdade as entidades, por exemplo, a FAEP não representa só a FAEP, representa os
1770 sindicatos que estão vinculados à FAEP.

1771 Então, não é uma proposta do Presidente do Conselho. O regimento dá essa
1772 oportunidade infelizmente, porque eu acho que um assunto vencido... Não é nem
1773 sugestão, estou dizendo que isso é possível. Eu sou sincero em dizer a você, eu não
1774 conhecia esta moção, não li ela aqui, o tempo que o professor levou para ler não foi
1775 suficiente para eu tomar uma decisão. Então não posso tomar uma decisão coletiva sem
1776 ter a segurança do conteúdo que estou aprovando, de todas as implicações que essa
1777 moção pode ter. Então, isso que eu quero dizer, o regimento infelizmente permite,
1778 infelizmente não por causa da proposta, viu professor, é que eu acho que nós
1779 deveríamos nos organizar para que isso não pudesse acontecer. Um assunto vencido não
1780 deve ser trazido novamente para uma nova reunião. Ou pelo menos deveria ter uma
1781 carência de, sei lá, de quatro ou cinco reuniões para ser apresentado novamente. E outra
1782 coisa, poderíamos ter tido aqui uma enxurrada de moções, e o que nós faríamos com
1783 essas moções? Se tivéssemos dez moções aqui, como iríamos agir com relação a isso?
1784 Se uma moção já foi difícil de absorver, evidente que o assunto é relevante, mas as
1785 implicações que isso traz. Então, acho que todos temos que ser responsáveis por aquilo
1786 que aprovamos ou negamos aqui neste Conselho.

1787 Bom, então, seguindo com a Tribuna Livre.

1788 O Sr. Secretário Executivo:- Tribuna Livre. Então, como falei, nove inscritos,
1789 com dois minutos e alguma coisa para cada um. Adriano com a palavra.

1790 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Primeiramente quero dar
1791 parabéns ao novo Secretário pelas notícias que a gente tem recebido. Por exemplo, a de
1792 hoje: “O governo cria sistema para acelerar a interiorização dos objetivos do
1793 desenvolvimento sustentável.” Parabéns! Outra notícia que a gente recebe é que “as
1794 aves apreendidas em fiscalização são devolvidas à natureza.” Boa notícia também. “O
1795 Secretário de Meio Ambiente esteve em Faxinal do Céu, muito próximo à Prudentópolis
1796 onde tem aquela famosa disputa do Curi, que a cada dia que passa, é um fragmento
1797 importante de Mata Atlântica, e a cada dia que passa, por omissão das autoridades, vai
1798 desaparecendo. Essas são as notícias boas que, acho eu, os conselheiros deveriam
1799 receber antes de ser publicadas na imprensa. Vocês não concordam com isso? Eu acho
1800 que sim! Já faço essa observação há várias reuniões. Então, volto a insistir de que,
1801 assuntos na questão socioambiental, o desenvolvimento sustentável, os conselheiros
1802 tomem conhecimento não somente através da imprensa, mas que estabeleça um canal de
1803 comunicação dentro da SEMA ou do SVS para que os conselheiros fiquem informados
1804 disso.

1805 Agora as notícias que nos trazem desgraça. A Secretaria de Educação
1806 Ambiental, na sua apresentação do dia 4 de junho, falou muito bem do novo
1807 organograma da Secretaria de Educação Ambiental, mas esqueceu o mais importante
1808 que é o Fórum Permanente da Agenda 21. Foi nomeada uma pessoa há uns quinze ou
1809 vinte dias, uma pessoa da Universidade de Ponta Grossa, e até o momento esse
1810 movimento que foi criado há mais de vinte anos praticamente, o Fórum Permanente da
1811 Agenda 21, consta apenas em um slidezinho dentro da apresentação feita pela Diretora
1812 Ambiental. Este é um fato lamentável de não dar o devido peso para o Fórum
1813 Permanente da Agenda 21.

1814 Agora, pasmem senhores, o Paraná continua sendo o grande desmatador de Mata
1815 Atlântica. No último Atlas feito pelo INPE e pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica, o
1816 Paraná continua sendo o grande desmatador, ou melhor, embora no conjunto da Mata
1817 Atlântica houve uma redução do desmatamento, mas o Paraná ainda é o terceiro
1818 desmatador. Dois mil e quarenta e nove hectares, de acordo com esse Atlas de
1819 2017/2018.

1820 Senhores, estamos fazendo o quê aqui? Estamos tratando dessas picuinhas? São
1821 coisas importantes? Eu acho que sim, mas enquanto estão desmatando a Mata Atlântica.

1822 Então quero deixar aqui que o Paraná não pode continuar ocupando as estatísticas de
1823 desmatador. O Conselho tem uma grande responsabilidade nos seus ombros, e eu não
1824 gostaria de voltar ano que vem dizendo que o Paraná continua desmatando mais de dois
1825 mil hectares de Mata Atlântica. Tenho dito.

1826 O Sr. Presidente:- Demos um tempo maior ao Adriano, porque verificamos aqui
1827 que algumas pessoas já se ausentaram e na verdade vamos ter cinco minutos, temos dois
1828 inscritos e, depois das inscrições, podemos fazer os comentários que couber.

1829 Então, na sequência, acho que seria o Búrigo.

1830 O Sr. Conselheiro Gilson Burigo Guimarães (UEPG):- Então, seguindo a
1831 orientação que me foi encaminhada, eu tenho interesse em apresentar mais uma moção.
1832 Porém, vou lê-la e vou solicitar que seja anotada. E é de meu interesse e do interesse das
1833 instituições que solicitaram essa moção que o maior número possível de conselheiros
1834 esteja presente na sua votação. Então, que ela seja apresentada na próxima reunião, mas
1835 quero que já conste para que todos reflitam sobre ela. Foi discutido, foi apresentado, foi
1836 comemorado que estamos aqui na centésima reunião deste Conselho. Foi falado
1837 também aqui que devemos buscar equilíbrio. Aqui nós temos falas das mais diversas
1838 entidades. Então, eu acho que nós não podemos ficar silenciosos ao ato extremamente
1839 nocivo, extremamente danoso aos interesses ambientais do Brasil, que foi realizado a
1840 partir do Decreto Federal 9.806, de 28 de maio de 2019, que levou à redução
1841 significativa do CONAMA, alteração da representatividade que existia neste Conselho.
1842 Houve uma redução de noventa e seis para vinte e três membros. Houve uma perda da
1843 representação dos Estados. A partir de agora terão apenas cinco assentos sendo
1844 decididos por região, ou seja, nós vamos ter uma ponderação completamente
1845 incompatível com as nossas principais questões ambientais. Os municípios de oito
1846 passaram para dois, a sociedade civil de vinte e três assentos passou para quatro, a
1847 representatividade que era de 22% passou para 18%, o Governo Federal de 29,5% para
1848 41%. E falando especificamente de quem eu represento, as entidades científicas
1849 perderam seu assento no Conama, portanto, gostaria que os conselheiros do CEMA, em
1850 solidariedade ao que estamos vendo em âmbito nacional, aprovasse uma moção de
1851 repúdio a esse decreto. Portanto, como na introdução, gostaria que esta moção fosse
1852 retomada na próxima reunião, com o maior número possível de conselheiros.

1853 O Sr. Secretário Executivo:- Ok, professor. Então, peço que o senhor faça por
1854 escrito essa moção, encaminhe à Secretaria Executiva. Nós, quando da convocação da

1855 reunião extraordinária, já mandamos para todos com a antecedência necessária para que
1856 todos possam ler, refletir e chegarem bem informado para sua votação.

1857 Com a palavra, Conselheiro Sérgio.

1858 O Sr. Conselheiro Sérgio Tadeu Monteiro de Almeida (SEJUF):- Bom,
1859 aproveitar a oportunidade de estar comparecendo a esta primeira reunião, representando
1860 a SEJUF - Secretário de Justiça, Família e Trabalho. Prazer da minha satisfação em
1861 poder estar participando desta reunião emblemática, a centésima reunião. E dada a
1862 exiguidade do tempo, gostaria só de fazer uma pequena consideração antes de me
1863 apresentar formalmente. Sou da área da iniciativa privada, empresário, pela primeira vez
1864 tendo a oportunidade de ter uma atuação na área governamental, a convite do Secretário
1865 Ney Leprevost, sou bacharel em Direito por formação acadêmica.

1866 E quero só fazer uma pequena consideração, reportando-me às palavras do
1867 Secretário Márcio Nunes, quando falou da importância da sustentabilidade nos seus
1868 diversos aspectos, gostaria de fazer uma pequena analogia. O que é mais importante, a
1869 indústria que produz o papel ou o lenhador que corta a árvore? Todos que participam
1870 dessa cadeia, e têm várias entre o lenhador e a indústria que produz a celulose e depois o
1871 papel, têm vários participantes. Aos meus olhos todos são igualmente importantes. E aí
1872 retomando a questão da sustentabilidade mencionada pelo nosso Secretário, gostaria de
1873 colocar para reflexão a seguinte questão: a mais importante sustentabilidade talvez seja
1874 a do próprio ser humano. E a sustentabilidade do ser humano passa necessariamente
1875 pela possibilidade de ter trabalho. Por aí começa a sustentabilidade. Não existe
1876 sustentabilidade do ser humano se ele não tiver acesso ao trabalho.

1877 Então, que todos nós possamos ter o bom senso e o equilíbrio nas nossas
1878 posições de forma tal que a sustentabilidade possa se dar na sua inteira plenitude,
1879 contemplando primordialmente o ser humano, claro. E nisso estão inseridos o meio
1880 ambiente, a natureza e toda sua riqueza que a todos envolvem. Era isso. Muito obrigado.
1881 (Palmas).

1882 O Sr. Secretário Executivo:- Não tendo mais inscritos, retorno a palavra ao
1883 Presidente para suas considerações finais.

1884 O Sr. Presidente:- Eu gostaria de responder ao Adriano por conta dessa nova
1885 gestão, e a Dra. Edneia complementa certamente. É motivo de preocupação para nós
1886 também, Adriano. É muito importante a sua colocação, é pertinente. Esses números
1887 ainda estão em discussão e precisam ser melhores validados, mas é evidente que existe
1888 um processo de desmatamento na Mata Atlântica que devemos coibir. Estamos criando

1889 instrumentos seja a termos de cooperação com a Polícia Ambiental, seja com a
1890 utilização do MapBiomias como uma ferramenta indicadora de busca de problemas, seja
1891 por um sistema que está em avaliação também do que podemos melhorar o MapBiomias
1892 em relação ao que estamos pensando com o Smartflor. Estamos pensando no Smartflor
1893 com o Simepar, em um contrato de gestão também com o Simepar. Então a sua
1894 preocupação é a nossa também. E dizer que nós não estamos inertes com relação a esse
1895 problema. Nós estamos agindo e a gente espera que ano que vem possamos apresentar
1896 números melhores realmente, porque é responsabilidade do CEMA, mas é muito mais
1897 responsabilidade das instituições que têm que aplicar as políticas ambientais.

1898 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Obrigado.

1899 A Sra. Conselheira Edneia Ribeiro Allkamin (SEMA):- Eu só queria dar um
1900 uniforme em relação à questão ambiental. No dia em que a coordenadora dessa área de
1901 políticas ambientais fez essa explanação, é porque era o Dia da Educação Ambiental.
1902 Então só foram colocadas questões da educação ambiental, mas as políticas ambientais
1903 estão contempladas, inclusive as ODSs e a Rede também. Está como uma das
1904 atribuições e obrigação da Sedest essa questão. Então não foi colocado naquele dia,
1905 porque a oportunidade não era aquela. Só para esclarecer.

1906 O Sr. Presidente:- Então, pessoal, damos por encerrada a nossa centésima
1907 reunião. Parabenizar a todos pela participação, e até a próxima. (Palmas).